



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, CAMPUS IV
COLEGIADO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

ARIELLA BARROS DE SENA

**RECEBENDO OS SANTOS ÓLEOS: A PRESENÇA ESCRAVA NOS LIVROS DE
BATISMO EM MORRO DO CHAPÉU NO SÉCULO XIX**

**JACOBINA - BA
2023**

ARIELLA BARROS DE SENA

**RECEBENDO OS SANTOS ÓLEOS: A PRESENÇA ESCRAVA NOS LIVROS DE
BATISMO EM MORRO DO CHAPÉU NO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV Jacobina, Colegiado de História, curso de História, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira

**JACOBINA-BA
2023**

ARIELLA BARROS DE SENA

**RECEBENDO OS SANTOS ÓLEOS: A PRESENÇA ESCRAVA NOS LIVROS DE
BATISMO EM MORRO DO CHAPÉU NO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, Colegiado de História, Curso de História, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira

Aprovada em Jacobina-BA em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof^a. Dr^a. Caroline Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Macio Andrade do Nascimento
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado ânimo para superar as dificuldades da vida e sobre tudo as enfrentadas na Universidade. Filha de um casal de lavradores, desde cedo ajudava meus pais em algumas atividades como plantar, colher e raspar mandioca nas casas de farinha, mas nunca fui impedida de estudar. Agradeço infinitamente a Naziozenio Ribeiro e a Julia Sena, meus amados pais, que mesmo sendo simples lavradores e não tendo a chance de concluir seus estudos, não negaram aos seus três filhos tal oportunidade, pelo contrário sempre nos incentivou. Aos meus irmãos, sou feliz por nunca terem descreditado da minha capacidade de conseguir meus objetivos, sei que cada um do seu jeito sempre torceu por mim.

Sou grata ao meu esposo Odilio dos Santos, que esteve comigo nos momentos alegres e difíceis dessa jornada, sei que não foi fácil estar ao meu lado durante esses últimos cinco anos. Em algumas ocasiões suportando meu estresse e minha ausência. A ele sou extremamente agradecida por sua paciência, dedicação e amor.

Não poderia deixar também de agradecer àqueles que estiveram presente de alguma forma nessa jornada diária, sem eles o fardo teria sido mais pesado. A todos os companheiros de curso, fica o meu carinho e reconhecimento. Em especial a Adriana Silva, Williane Andrade, Reinivânia Silva, e Zamire Cruz, que estiveram ao meu lado desde o início nas produções e apresentações de trabalhos, juntas nos suportando mutuamente, compartilhando tristezas, dificuldades, alegrias e conquistas. Aos meus colegas de transporte que diariamente fazem o traslado Serrolândia/Jacobina, na busca por sua formação acadêmica, fica o meu apreço.

Meu muito obrigada ao prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira pela oportunidade de ser sua orientanda de Iniciação Científica e ao mesmo tempo da pesquisa de conclusão de curso. Sempre muito sensato nas suas orientações, me incentivou a ter autonomia na pesquisa e a perceber quão gratificante é o conhecimento histórico. Aqui fica a minha admiração a este que considero um grande professor, pesquisador e excelente orientador.

Agradeço ainda aos professores do curso e funcionários da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IV Jacobina. Restam-me gratidão pelo sonho realizado e o desejo de seguir em busca de novas conquistas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a presença escrava nos livros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, no século XIX. Para analisar os registros e os diferentes aspectos que envolvia tal sacramento, bem como as relações desenvolvidas pelos cativos por meio do batismo, foi utilizado como principal aporte teórico o paternalismo thompsoniano. Por meio das fontes paroquiais (livros de batismo e casamento) tornar-se perceptível que os escravos de Morro do Chapéu se utilizaram do compadrio gerado no sacramento batismal para reforçar e criar laços espirituais principalmente com pessoas de condição superior à sua, garantindo deste modo maiores possibilidades de bem viver dentro do cativeiro.

Palavras-chave: Escravos. Batismo. Bahia. Paternalismo. Século XIX.

ABSTRACT

This work aims to discuss the slave presence in the baptism books of the parish of Nossa Senhora da Graça in Morro do Chapéu, in the 19th century. To analyze the records and the different aspects that involved such a sacrament, as well as the relationships developed by the captives through baptism, Thompson's paternalism was used as the main theoretical contribution. Through the parish sources (baptism and wedding books) it becomes noticeable that the slaves of Morro do Chapéu used the compadrio generated in the baptismal sacrament to reinforce and create spiritual bonds mainly with people of better condition, thus guaranteeing greater possibilities of living well in captivity.

Keywords: Slaves. Baptism. Bahia. Paternalism. XIX century.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Bahia: Divisão territorial e administrativa em 1889.	16
Figura 1 - Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1875-1877.	24
Figura 2 - Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora de Morro do Chapéu, 1877-1880.	25
Figura 3 - Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1884-1885.	25
Figura 4 - Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1860, assinado pelo Padre Maximiano da Silva Pimentel.	26
Figura 5 - Registro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1860, assinado pelo Padre Joaquim Ignácio de Vasconcellos.	26
Figura 6 - Registro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1860.	27
Tabela 1 - Condição dos pais, mães, padrinhos e madrinhas/ Freguesia de Nossa Senhora da Graça 1838-1888.	41
Tabela 2 - Estado matrimonial dos padrinhos e madrinhas presente nos registros envolvendo escravos, 1838-1888.	45
Tabela 3 - Condição jurídica dos batizados e batizadas/Freguesia Nossa Senhora da Graça, 1838-1888.	47
Tabela 4 - Classificação por cor dos filhos de escravos batizados em Morro do Chapéu, 1838-1888.	50
Tabela 5 - Distribuição dos batismos de escravos pertencentes ao Coronel Quintino Soares da Rocha por condição social dos padrinhos.	62
Quadro 1 - Compadrio dos filhos do casal escravo Manoel Domingues e Constância de Souza Lemos.	54
Quadro 2 - Compadrio dos filhos de Domingas, escrava de Manoel Francisco Alves Barreto.	57
Quadro 3 - Apadrinhamento dos filhos naturais de Damazia.	60
Quadro 4 - Apadrinhamento dos filhos legítimos de Damazia.	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FNSGMC - Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu

IMNSGMC - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 A PRESENÇA ESCRAVA NOS LIVROS BATISMAIS	9
1.1.1 Trajetória.....	9
1.1.2 Revisão bibliográfica.....	11
1.1.3 Breve histórico sobre Morro do Chapéu	14
1.1.4 Divisão dos capítulos.....	17

CAPÍTULO I

2. UMA ANÁLISE SOBRE OS LIVROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE MORRO DO CHAPÉU	20
2.1 LIVROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA.....	23
2.2 OS BATIZADOS, PAIS E PADRINHOS.....	31

CAPÍTULO II

3. OS ESCRAVOS E O SACRAMENTO DO BATISMO	35
3.1 A PONDERADA ESCOLHA DE PADRINHOS E MADRINHAS	37
3.2 A PRESENÇA ESCRAVA NOS REGISTROS DE BATISMO EM MORRO DO CHAPÉU NO SÉCULO XIX.....	39
3.3 SENHORES E MEMBROS DA FAMÍLIA SENHORIAL APADRINHANDO OS ESCRAVOS.....	45
3.4 OS BATIZADOS E BATIZADAS EM MORRO DO CHAPÉU ENTRE 1838 E 1888 ...	47
3.5 A COR: UMA IDENTIFICAÇÃO SOCIAL.....	49

CAPÍTULO III

4. AS FAMÍLIAS ESCRAVAS NOS LIVROS DE BATISMO	51
4.1 COMPADRIO DOS FILHOS DO MANOEL DOMINGUES E CONSTÂNCIA DE SOUZA LEMOS	53
4.2 COMPADRIO DOS FILHOS DA ESCRAVA DOMINGAS	57
4.3 COMPADRIO DOS FILHOS DE DAMAZIA, ESCRAVA DO CORONEL QUINTINO SOARES DA ROCHA	59
4.5 O PERFIL DOS COMPADRES DA ESCRAVARIA DE QUINTINO SOARES DA ROCHA.....	62
4.6 AS ALIANÇAS “PARA CIMA” GERADAS POR INTERMÉDIO DO BATISMO	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
FONTES	68
REFERÊNCIAS	69

1. INTRODUÇÃO

1.1 A PRESENÇA ESCRAVA NOS LIVROS BATISMAIS

Não é difícil encontrar dentre tantas produções historiográficas, trabalhos que se dediquem em discutir aspectos da escravidão na Bahia oitocentista. As possibilidades de pesquisas nos últimos anos foram ampliadas, já que com a Nova Historiografia, as próprias fontes se expandiram, dando aos trabalhos um novo potencial científico. As abordagens do mesmo modo passaram a ter uma nova roupagem, e diferentes sujeitos tornaram-se objeto de estudos, entre eles estão os escravos.

O objetivo deste trabalho é analisar a presença dos escravos nos livros de batismo de Morro do Chapéu, no século XIX. Precisamente, meu recorte vai de 1838, ano do primeiro livro e quando Morro do Chapéu é elevada à categoria de freguesia, a 1888, data da abolição da escravidão. Busquei extrair o máximo de informações contidas nos registros, ao mesmo tempo que refletia sobre o sacramento batismal e a produção destes livros. No intuito de compreender o perfil escravista da localidade e como funcionava as diferentes relações nas quais estavam envolvidos os cativos, observei as mudanças e permanências para os escravos na condição de batizados, pais e padrinhos.

1.1.1 Trajetória

Confesso que jamais passou pela minha cabeça pesquisar algo relacionado com a escravidão ou até dentro do período. No entanto, ao cursar o terceiro semestre do curso de licenciatura em história pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV, meus pensamentos a respeito do que pesquisar tomaram novos rumos. Ao cursar a disciplina “A província da Bahia no Império Brasileiro” ministrada pelo professor Jackson André da Silva Ferreira, percebi o quanto a temática escravidão me despertava prazer em pesquisar.

O interesse se deu principalmente durante as discussões em sala de aula, nas quais pude ter contato mais aprofundado sobre a vivência dos escravos na Bahia oitocentista. A partir das reflexões e das leituras textuais percebi a importância histórica que os cativos desempenharam dentro da sociedade, ao compreender sobretudo a participação destes em motins e revoltas. Daí surgiu o interesse em pesquisar sobre escravidão, e em conhecer mais as diferentes relações que os cativos estavam envolvidos.

Logo surgiu a oportunidade de concorrer ao Edital de Iniciação Científica da UNEB 2017-2018, com o professor Ferreira que já vinha desenvolvendo pesquisas na área, não tive dúvidas que aquela seria uma ótima oportunidade de adentrar ao mundo da pesquisa histórica sobre escravidão. A bolsa foi concedida e durante um ano realizei leituras bibliográficas sobre o assunto, que me possibilitaram refletir sobre as relações dos escravos bem como leituras documentais de registros de batismos.

Durante o primeiro ano as pesquisas documentais estiveram voltadas para os livros de batismo da Vila de Jacobina, porém devido à dificuldade com as fontes foi necessário a transferência de espaço, uma vez que os documentos não eram apenas da Vila, mas do território maior conhecido como Jacobina Velha.¹ Isso ocorreu em comum acordo com o orientador já no início do segundo ano de IC, pois a bolsa havia sido renovada por mais um ano (2018-2019), minha pesquisa ganhou assim, um novo recorte espacial, que é a Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Tanto a Vila Jacobina como Morro do Chapéu durante o século XIX pertenciam à mesma comarca.

Seguindo essa perspectiva foi que a minha Iniciação Científica tornou-se a pesquisa de conclusão de curso. Durante todo o processo de investigação busquei compreender e extrair as informações transmitidas pelos pesquisadores consultados, bem como dos registros analisados, tentando preencher lacunas a respeito do assunto para a localidade de Morro do Chapéu.

A leitura dos livros de batismo foi a primeira pesquisa documental feita com objetivo de identificar escravos em diferentes funções: batizados, pais ou padrinhos, e assim poder perceber como estes apareceram e estavam distribuídos nos livros. Primeiro realizei a leitura dos livros identificando os registros nos quais apareceram escravos, e ao mesmo tempo os transcrevendo, depois me utilizei das transcrições para montar um banco de dados com as informações contidas nestes registros. Este banco de dados foi de grande importância pois sintetizou e organizou as informações, dando suporte especialmente para a escrita do segundo e terceiro capítulo.

Diferente do trabalho com fichas como apresentadas por Norberta Amorim,² o banco de dados que utilizei propicia aos pesquisadores um trabalho mais rápido e sistemático, além de uma melhor compreensão. Por meio dele é possível montar tabelas, gráficos e realizar

¹ Sobre Jacobina consultar: VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.

² Mais informações sobre as fichas usadas por pesquisadores do século XX, ver: AMORIM, Norberta. **Método de exploração dos livros de registros paroquiais**. Lisboa. 1980. p. 10-50.

comparações dos mais variados dados com maior eficácia e facilidade. O banco de dados montado para esta pesquisa contou com quarenta e uma variáveis, dentre elas os nomes, a cor e condição dos batizados, pais e padrinhos; os nomes dos senhores quando havia; data de batismo e nascimento; localidades que foram realizados os batismos; padres batizantes e párocos.

Os registros de batismo me proporcionaram de certa forma o primeiro contato com a população escrava da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu. Foi por meio destes que pude pensar os diferentes aspectos que envolviam os negros e seus descendentes, principalmente compreender as relações de apadrinhamento e alianças. Dessa forma, os livros de batismo foram de grande importância para o desenrolar dessa pesquisa, já que foram eles que deram base informacional de maior peso à minha pesquisa.

Não tive dificuldade em acessar os documentos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, pois estes já encontravam digitalizados por Ferreira, que desenvolveu e ainda desenvolve pesquisa voltada para o município. Poderia afirmar que trabalhar com fontes do século XIX é complicado, por causa do acesso ou pela péssima conservação de vários documentos. No entanto, no meu caso a dificuldade foi relacionada com a leitura destes. Admito que algumas vezes no início da leitura me sentir tentada a desistir, por não conseguir compreender o que estava escrito de forma clara, todavia com a prática pude entender tranquilamente as informações contidas.

1.1.2 Revisão bibliográfica

Essa pesquisa tem como principal aporte teórico o paternalismo desenvolvido por E. P. Thompson (1998) o qual realizou um trabalho voltado para os camponeses e operários da Inglaterra.³ O modelo conceitual paternalista me possibilitou pensar as relações que envolviam os escravos e suas famílias durante o período de 1838 a 1988 em Morro do Chapéu.

Ao mesmo tempo me utilizei das análises de Eugene Genovese que diferente de Thompson, observou uma sociedade escravista nos Estados Unidos. Pude concluir por meio das colocações de Genovese que dentro de um sistema paternalista, era possível aos cativos criarem seus espaços sociais negro, para ter uma melhor vivência social.⁴

³ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴ GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

As discussões de outros pesquisadores, do mesmo modo, possibilitaram compressões diversas nessa perspectiva do paternalismo. Com Douglas Cole Libby percebi que os aspectos paternalistas podiam variar de um lugar para outro e ao longo do tempo, sem contar que para ele o paternalismo escravista dependia das relações existentes entre senhores e escravos.⁵

As reflexões de Sidney Chalhoub do mesmo modo seguiram pelo paternalismo, em seu livro “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte”. Ele destacou por exemplo que os cativos lutavam por seus interesses de diferentes maneiras, não aceitando de forma passiva a escravidão e agindo em benefício próprio e de sua família.⁶ Deste modo foi possível começar a refletir sobre a possibilidade dos cativos de Morro do Chapéu igualmente não serem indiferentes ao sistema escravista.

Para Silvia Hunold Lara “os escravos traduziram o paternalismo diferentemente de seus senhores e utilizaram-no como arma ofensiva na resistência contra a escravidão e o racismo e para legitimar suas reivindicações”. Ela demonstra que os escravos e os senhores apresentavam diferentes interpretações do paternalismo, observando assim como Chalhoub, que os cativos não foram puramente vítimas, contudo desenvolveram estratégias no intuito de alcançar por meio de negociações as suas reivindicações perante seus senhores.⁷

No intuito de compreender sobre trajetórias me utilizei dos estudos de João José Reis e de Beatriz Gallotti Mamigonian.⁸ Essa é uma forma que vem sendo empregue já algum tempo pelos pesquisadores, sendo algo importante para compreender características que muitas vezes são silenciadas ao serem homogeneizadas. Seguir trajetória também é uma forma de trazer para o centro das discussões, sujeitos que muitas vezes foram e continuam sendo silenciados na história.

Buscando entender o universo do batismo durante o sistema escravista, consultei diferentes textos que por discutirem vários pontos que envolvem tal sacramento, me possibilitou entender as dimensões desde o processo de escolha de padrinhos até à conservação dos registros eclesiásticos existentes ainda hoje. Dessa forma, é interessante destacar que os livros de batismo são importantes documentos pois o compadrio era uma

⁵ LIBBY, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas. ” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (org.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 27-39.

⁶ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: São Paulo; Companhia das Letras, 1990.

⁷ LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸ REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “**José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição**”. Topoi, v. 11, n. 20 (2010), p. 75-91.

forma de construir laços de parentesco espiritual e alianças entre pessoas de classes diferente. Sendo que “os laços estabelecidos pelos cativos e seus padrinhos extrapolaram o espaço da Igreja e mostraram-se presentes em toda a sociedade”, criando uma dimensão social e não apenas religiosa.⁹

Desde o centenário da abolição em 1988 já circulava o pensamento de que essas relações de apadrinhamento ultrapassavam os espaços extra igreja. Foi exatamente o que ressaltaram Stephen Gudeman e Stuart Schwartz no texto “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”, a própria escolha dos padrinhos era “determinada pelo contexto social da escravidão”.¹⁰ Além disso, considerei as reflexões deles um tanto importante, pois levantam a discussão sobre a importância de entender a origem do batismo e o seu significado, que como destacam funcionava como uma purificação do pecado das pessoas.

Como ressalta Silvia Maria Jardim Brugger, “o compadrio vinculava não apenas indivíduos, mas famílias”, as relações não estavam concentradas em torno dos padrinhos e afilhados, entretanto poderiam se estenderem para os outros integrantes de ambas as famílias. O padrinho poderia ser apenas um meio para se chegar numa outra pessoa ou família que pudesse trazer algum tipo de benefício para determinado cativo ou para sua parentela. Dessa forma eram criadas as chamadas “aliança para cima”, já que a escolha de padrinho geralmente era feita visando alguém com status melhor que o batizando.¹¹

A escolha de padrinhos e madrinhas seguiam determinadas regras tanto da Igreja como da própria necessidade social dos escravos, regras criadas pelos próprios negros para não prejudicar seus anseios futuros. Ou até mesmo pela interferência de seus senhores que ainda poderiam influenciar nestas opções. Assim, o processo de seleção de padrinhos não era algo tão simples como pode se imaginar logo de início, contudo poderia ser uma questão um tanto complexa, impedindo a própria autonomia que muitos escravos tentavam criar “redes sócias”.¹²

⁹ FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais século XIX. *Afro-Ásia*. No. 46. Salvador. 2012. p.18

¹⁰ GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. Editora brasiliense. 1988. P.33-59

¹¹ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: **Nação e Cidadania no império**: novos horizontes, José Murilo de Carvalho organizador. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007. p.332.

¹² HAMEISTER, Martha Daisson. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p.97-121

O compadrio pode ser proveniente de diferentes ritos socialmente reconhecidos, “podiam-se estabelecer relações de compadrio de diversas maneiras: por intermédio de casamento, crisma, ou mesmo em certas festividades, como o do dia de São João, quando, ao dar as mãos e pular a fogueira juntos, os indivíduos podiam tornar-se “compadres da fogueira”.¹³ No entanto, este trabalho foca apenas o gerado pelo sacramento do batismo, o que não significa é claro que se deixou de considerar e entender os outros. É por meio deste compadrio gerado pelo batismo que foi possível perceber as diferentes ligações que os escravos de Morro do Chapéu estabeleceram com os diferentes grupos de pessoas.

1.1.3 Breve histórico sobre Morro do Chapéu

Para discutir tanto sobre batismo como a respeito das relações envolvendo a população escrava de Morro do Chapéu, é relevante conhecer um pouco desta localidade. Situada na Chapada Diamantina, o seu surgimento ocorreu devido as influências das rotas de gado, uma vez que era um importante cruzamento para passagem das boiadas que seguiam para o litoral.¹⁴ O nome Morro do Chapéu tem sua origem em um Morro com formato de um chapéu que fica situado próximo a localidade.

A Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu pertencia “à antiga Freguesia de Santo Antonio de Jacobina, fundada em 1682, com sede em Freguesia Velha, hoje, Campo Formoso, e sede definitiva em Jacobina em ano de 1752 pelo Arcebispo D. João Franco de Oliveira, que a dividiu em duas”.¹⁵

Em 1838 Morro do chapéu foi transformada em freguesia da Vila de Santo Antonio da Jacobina, permanecendo até 1864 quando se emancipou. “Os diamantes e o crescimento de outros setores produtivos, como a pecuária e a agricultura, contribuíram para a emancipação, ocorrida em 7 de maio de 1864, pela lei provincial n° 933”.¹⁶ Segundo Moiseis de Oliveira Sampaio, a então formada Vila de Morro do Chapéu nesse período já contava com

¹³ SCHWARTZ, Stuart B. Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia. In: SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC. 2001. p.266.

¹⁴ SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919). 2009. 140 f. **Dissertação (Mestrado)** - História Regional e Local, Faculdade de Ciências Humanas - Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2009. p. 96

¹⁵ “Notas históricas e religiosas da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, a pedido dos Reverendos Vigários da dita Freguesia, e Colecionadas pelo Professor Antonio Gabriel de Oliveira, natural do Morro do Chapéu, firmado em documentos autênticos e na tradição de antigos moradores”, 1933, IMNSGMC, Secretaria, Livro de Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, fl. 35-59.

¹⁶ FERREIRA, Jackson André da Silva. “**Gurgalha**: um coronel e seus dependentes do sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)”. Salvador: EDUNEB, 2018. p. 62.

importantes mudanças desencadeadas principalmente pela mineração desenvolvida na região. Ela passou à categoria de cidade apenas em 1909.

Macio Andrade Nascimento¹⁷ afirma que embora o diamante desde 1840 tenha se destacado como atividade econômica, ele não conseguiu tirar a grande importância que a pecuária apresentava para Morro do Chapéu. Tanto a cria como recria do gado foi uma importante atividade para a região e especialmente para a Capital baiana. A localidade interferia diretamente no abastecimento de carne em Salvador, por ser um lugar estratégico para os envolvidos com o gado, logo que,

Se os vendedores e compradores não achassem os taboleiros do Morro e fossem obrigados a seguirem com estes gados, chegariam no Mudo Novo e Baixa Grande pela metade, ponderando-se bem o que são os taboleiros do Morro é injustiça não se lhe dar o seu devido valor, porque sempre foi e é o sustentaculo do commercio de gados que abastece a Capital, e outros muitos lugares; e se não fosse o taboleiro, talvez já não existisse a negociação de gados na matta.¹⁸

Isso reforça que a localidade se destacou sobretudo por ser um ponto de descanso para as boiadas que seguiam para Salvador. Como Nascimento salientou:

A região não se destacava como grande criadora, mas como intermediária para as boiadas vindas das fazendas do São Francisco e mesmo das províncias de Piauí e Goiás. Exaustos, famintos e com pouco peso, eram as vaqueiramas que por ali chegavam depois de percorrerem léguas e mais léguas. Depois de recuperados nas fazendas da região, seguiam viagem tendo como destino principal Feira de Santana e, posteriormente, a capital, Salvador.¹⁹

Ainda sobre as atividades econômicas desenvolvidas, é possível afirmar que havia a presença da agricultura, embora não tão importante quanto a pecuária. Acredito que muitos dos alimentos produzidos tenham sido sobretudo para sustento da população local, já que “nos terrenos morrense, cultivava-se café, cana de açúcar, fumo, mandioca, milho, feijão e algodão”.²⁰ Dentre estes, a mandioca, o milho e o feijão eram importantes para a sobrevivência no período, porém a farinha de mandioca juntamente com a carne seca formava

¹⁷ NASCIMENTO, Macio Andrade. Roças, currais e garimpos: o trabalhador livre e pobre no sertão baiano dos oitocentos (Morro do Chapéu (1848-1889). 144 f. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em História Regional e Local) – Faculdade de Ciências Humanas-Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2014. p.24.

¹⁸ PEREIRA, Honório de Souza. Descrição da Villa do Morro do Chapéu feita por Honório de Souza Pereira antes alguns dias de sua morte. In. Honório de Souza Pereira Neto (Org.). **Pequena descrição do Morro do Chapéu**. Morro do Chapéu, BA: Typographia do Correio do Sertão, 1919, p.14-15.

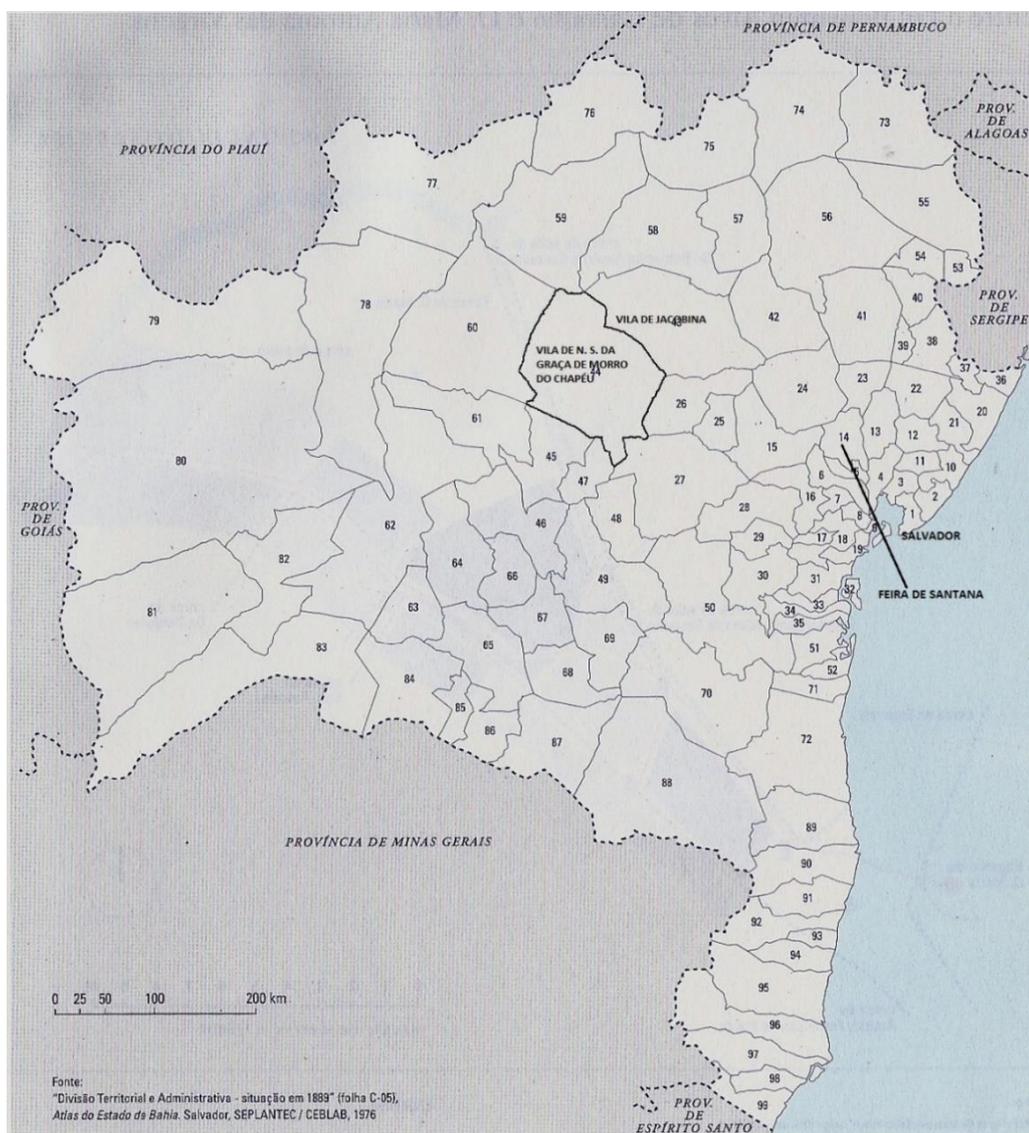
¹⁹ NASCIMENTO, op. cit. p.42.

²⁰ FERREIRA, 2018. p. 51.

a base alimentar dos baianos, principalmente a dos escravos como destacou Bert Jude Barickman²¹.

Os territórios sofreram fragmentações desde a efetiva ocupação das terras pelos portugueses, e ao longo deste lento processo novas localidades foram surgindo. Morro do Chapéu não foi diferente ao ser desmembrada de Jacobina, segue a baixo a divisão territorial baiana de 1889, na qual é possível visualizar melhor a localização geográfica do recorte espacial desta pesquisa.²²

Mapa 1 - Bahia: Divisão territorial e administrativa em 1889.



²¹ BARICKMAN, B. J. A farinha de mandioca – “o pão da terra” – e seu mercado. In: BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 87-127.

²² Para melhor compreender a as fragmentações da grande extensão territorial da qual Morro do Chapéu fez parte até o século XIX, consultar VIEIRA FILHO, 2009.

Fonte: DANTAS, Monica Duarte. Fronteiras moveáveis: relações sociais na Bahia do século XIX (a Comarca de Itapicuru e formação do Arraial de Canudos). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, FAPESP, 2007, pp. 475. Mapa com modificações para destacar Morro do Chapéu, Jacobina, Feira de Santana e Salvador. In: FERREIRA, Jackson André da Silva. Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX). Salvador: EDUNEB, 2018. p. 421.

Com base nas informações coletadas por Raphael Rodrigues Vieira Filho²³ é possível perceber o número populacional de Morro do Chapéu próximo a dois períodos importantes. Em 1836, dois anos antes de tornar-se Freguesia da Vila de Santo Antônio da Jacobina, foi constatado um total de 1.669 habitantes. Já em 1856, oito anos antes de se emancipar de Jacobina e tornar uma Vila contava com 9.190 moradores. Portanto durante o intervalo destes dois períodos que equivale a 20 anos, o número de habitantes aumentou de forma significativa. De acordo ao último censo realizado pelo IBGE em 2010, o Município tem uma população de 35.164 habitantes.²⁴

1.1.4 Divisão dos capítulos

Este trabalho está dividido em três capítulos que apresentam as reflexões a respeito de estudo realizado durante o processo de pesquisa. Nesse sentido, foi usado para a fundamentação do trabalho, embasamentos bibliográficos, fontes paroquiais que discutem a presença escrava nos registros de batismo, bem como sua agência dentro do sistema escravista.

O primeiro capítulo intitulado “Uma análise sobre os livros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu”, tem como objetivo discutir as diferentes características dos livros de batismo e até já adentrar em algumas reflexões sobre compadrio. Para realizar essa análise usei como base teórica as reflexões realizadas por Roberto Guedes e Silvia Lara.²⁵ Também foi discutido a produção dos livros, principais fontes da pesquisa, evidenciando abordagens sobre os dados que aparecem e desaparecem referente aos batizados, pais e padrinhos, e principalmente a respeito da caligrafia que modifica com

²³ VIEIRA FILHO, 2009.

²⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População no último censo:** IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/morro-do-chapeu/panorama>. Acessado em 14/11/2019.

²⁵ GUEDES, Roberto. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidade de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (Org.) **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII-XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.; LARA, Silvia Hunold. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 26 (dez. 2008), p. 17-39.

frequência. De tal modo, é feita uma crítica documental levando em conta tanto as mudanças como as permanências.

No segundo capítulo “Os escravos e o sacramento do batismo” trato sobretudo do rito batismal e das relações que poderiam ser criadas entre os diferentes sujeitos. As informações sintetizadas no banco de dados de batismos escravos, possibilitou a compreensão de como ocorriam e o que envolviam as escolhas de padrinhos e madrinhas. Ainda permitiu constatar a cor dos batizados filhos de escravos, traçar o perfil matrimonial e a condição jurídica dos compadres escolhidos pelos cativos, bem como o envolvimento dos senhores e seus familiares. Nesta segunda parte da pesquisa ficou explícito quem eram os escravos de Morro do Chapéu e como funcionava o empenho por criar ou fortalecer as redes sociais.

O terceiro e último capítulo “As famílias escravas nos livros de batismo”, tem o intuito de exemplificar algumas discussões realizadas nos outros dois capítulos, pois analiso o compadrio dos filhos de três famílias escravas. Do mesmo modo, busquei compreender o perfil jurídico de padrinhos e madrinhas dos cativos de um importante coronel local. Nesse sentido, segui pequenas trajetórias que possibilitaram compreender como os cativos viviam em meio às dificuldades num contexto de superioridade branca no interior da Bahia, se utilizando principalmente das alianças criadas no batismo de seus filhos.

CAPÍTULO I

UMA ANÁLISE SOBRE OS LIVROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE MORRO DO CHAPÉU

2. UMA ANÁLISE SOBRE OS LIVROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE MORRO DO CHAPÉU

Ao longo do tempo os diferentes sujeitos produziram as fontes a serem usadas para o conhecimento de sua própria cultura. Hoje os mais variados documentos textuais são utilizados pelos pesquisadores da história, como meio de compreender e contar o modo de vida dos seus predecessores. Assim, os registros paroquiais são de grande importância nessa perspectiva histórica, possibilitando aos pesquisadores conhecer as várias características de determinadas sociedades e períodos.

É relevante pensar a dimensão destes registros e como eles se tornam fontes formidáveis para os historiadores, bem como as diversas informações que deles podem ser extraídas. Perpassando por essas especialidades e tantas outras sobre os documentos de batismo, é que este primeiro capítulo faz uma crítica documental dos livros de batismos da Freguesia de N. S. da Graça de Morro do Chapéu, referentes ao século XIX. Embora seja uma análise mais ampla, o foco principal são os batismos nos quais os escravos estão presentes, já que mesmo lendo todos os registros apenas os que envolviam os cativos na condição de batizados, pais e padrinhos, por serem os sujeitos foco da minha pesquisa foram transcritos.

Os livros de batismo têm a função de registrar um importante momento para os cristãos. Segundo a crença cristã, o rito surgiu quando Jesus Cristo foi batizado por João Batista, e ganhou grande estima desde o século III quando já carregava em si a simbologia da purificação do pecado.²⁶ Esse mesmo significado atribuído ao batismo, também foi ressaltado por Martha Daisson Hameister, que se utilizando dessa origem bíblica, destacou que o ato de receber esse sacramento teria um sentido de purificação do pecado original.²⁷

O batismo é um rito da Igreja Católica, momento no qual as pessoas adentram ao mundo da cristandade ao “lavarem” seus pecados na pia batismal. Essas noções que sobreviveram nos séculos seguintes perduraram e se propagaram durante o sistema escravista na América Portuguesa.²⁸ Os escravos africanos dentro desta sociedade carregada de influências da Igreja, foram geralmente impulsionados por seus senhores a aderirem ao sacramento batismal. No entanto, como muitos não conseguiam se desprender por completo das religiões africanas, omitiam suas verdadeiras crenças.

²⁶ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988.

²⁷ HAMEISTER, 2012.

²⁸ HAMEISTER, 2012.

Levando em conta essa dimensão religiosa é possível afirmar que os registros de batismo e tantos outros documentos mesmo sendo ou não eclesiásticos, não foram elaborados no intuito de servir como fonte para as pesquisas contemporâneas.²⁹ Como podemos perceber o objetivo da produção dos livros de batismo era na verdade registrar o ingresso das pessoas na comunidade cristã, como esclareceu Hameister:

Não foram produzidos, portanto, para fazer estimativas dos fiéis de algum lugar-para isso havia a contagem anual dos paroquianos durante a desobriga pascal-nem para dizer hierarquias sociais existentes ou de outras questões que não somente o historiador, mas também o demógrafo, o antropólogo, o economista coloca a essa documentação. Foram produzidos para anotar o momento do ingresso da pessoa na cristandade. Pode ser um momento interpretado como rito de iniciação, como formação de redes de relacionamento, como evento vital, como aceitação da bastardia ou de verificação de índices de legitimidade das crianças nascidas, como ingresso de mais uma boca para alimentar ou para trabalhar em uma unidade domestica por quem se utiliza dessa documentação para suas investigações.³⁰

No entanto, esses livros passaram a ser vistos pelos pesquisadores da história como de grande potencial. Os livros já não eram vistos apenas como um depósito de registros sacramentais, todavia como possibilidade de identificar a genealogia de determinados indivíduos e os aspectos demográficos. Dessa forma, “desde há muito, os registros paroquiais foram percebidos como documentação privilegiada para suporte a investigações sobre populações”, tanto pela história demográfica como pela história social, ampliando as possibilidades de pesquisar inclusive em livros de batismo.³¹

Como ressaltado anteriormente, estes registros não tinham a finalidade de registrar o passado, porém em contato com esses documentos, o historiador transforma-os em fontes capazes de demonstrar características dos grupos que os produziram. Isso é possível uma vez que “os registros batismais, reconhecidos hoje como ‘lugares de memória’, constituem uma fonte importante, essencial para que possa desvendar parte da história das populações dos séculos anteriores”.³²

Os documentos textuais são transformados em fontes pelos pesquisadores à medida que contém informações validas para as suas indagações. Para que isso aconteça há de passar por diferentes etapas, que segundo Lara é inicialmente a coleta dos textos produzidos no

²⁹ LARA, 2008, p. 17-39.

³⁰ HAMEISTER, 2012 p. 105.

³¹ Ibid., p.100.

³² CARMO, Jeovania Silva do. **Nas lentes da Filologia:** edição semidiplomática de registros batismais de filhos de escravos da Chapada Diamantina – Bahia. Salvador: Quarteto, 2015. p.21.

período pesquisado, depois a análise buscando identificar a origem da escrita e diferentes peculiaridades, para só depois fazer o cruzamento dos dados encontrados.³³

Durante esse processo de transformação do documento em fonte, se faz importante o cuidado e a observação de algumas particularidades:

...a leitura não deve buscar apenas o que foi escrito, mas também como foi escrito, por que foi escrito e como aquele texto circulou e foi guardado. Todos esses aspectos são fontes de informação para os historiadores. Para além de seu “conteúdo”, um texto também possui elementos materiais que, juntamente com o gesto que lhe deu origem, precisam ser levados em conta na análise. Isso não implica ter que mudar de objeto, ou ter que deixar de fazer história social. Ao contrário: ao levarmos em consideração todos esses componentes de um documento textual, ampliam-se as possibilidades de conhecer e compreender as ações humanas no passado.³⁴

Outras colocações relevantes, só que mais específicas aos livros de batismo, são feitas por Guedes em seu texto “Livros paróquias de batismo, escravidão e qualidade de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII e XVIII)”. Ele alerta o pesquisador para a importância de observar o contexto no qual os documentos de batismo foram produzidos, sua dimensão e finalidade. O autor, além disso, destacou de forma bem mais direta outros detalhes mais específicos, como quantos e quais são os registros, quem elaborou, como estão organizados, há separação ou não, em quais lugares são guardados e o número de padres que fizeram os acentos ou que batizou.³⁵

Um livro de batismo pode conter bastante informações da sociedade na qual foram feitos, embora muitas vezes há a necessidade do historiador se utilizar de outros documentos para complementar as lacunas deixadas por ele. Dentre as diferentes informações possíveis de conseguir extrair desses registros batismais, é interessante citar por exemplo que é provável ter uma noção de qual a cor era predominante principalmente entre os batizados, quais os possíveis tipos de alianças que os pais desenvolviam por meio da escolha dos compadres e qual condição se destacava entre os padrinhos dos escravos. Esses pontos citados acima serão abordados de maneira mais precisa no segundo capítulo, demonstrando já as informações sobre os documentos analisados.

³³ LARA, 2008. p. 17-38.

³⁴ Ibid., p. 21-22.

³⁵ GUEDES, 2014.

2.1 LIVROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

Seguindo esse caminho, adentro a partir de agora de forma mais minuciosa numa análise dos documentos utilizados durante a pesquisa. Usei dez livros de batismo correspondente ao período de 1838 a 1888, da Freguesia de N. S. da Graça, que estão divididos da seguinte forma: livro 1838-1860, 1865-1868, 1868-1871, 1871-1875, 1875-1877, 1877-1880, 1880-1882, 1882-1884 e 1884-1889. Como o meu recorte temporal dá conta somente do período até a abolição, não me utilizo de todo o último livro (1884-1889), já que a escravatura foi legalmente abolida em maio de 1888.

Para o período de 1860 a 1865 não encontrei livro de batismo correspondente, constatando dessa forma uma pequena lacuna entre o primeiro e o segundo livro analisado. Desconheço o motivo de tal brecha, mas suponho que existiu um livro para esse momento e que tenha se perdido ao longo dos anos, também não descarto alguma outra possibilidade. Provavelmente isso é resultado de um processo de má conservação dos documentos no decorrer dos tempos.

Sobre a questão da conservação dos livros e como foram guardados até a contemporaneidade, ressalto que estão em boas conservação até o momento da digitalização. Apenas um livro apresentou três folhas corroídas, estando assim danificadas, impossibilitando a leitura e entendimento. Esses livros estiveram e estão na guarda da Igreja de N. S. da Graça, em Morro do Chapéu, chegando até me por intermédio de Ferreira, que do mesmo modo se utilizou destes documentos em suas pesquisas sobre o local.

Os livros utilizados nesta pesquisa são todos livros mistos, neles foram lançados tanto os batismos de pessoas livres e libertas como de escravas. Diferente do que encontrei para Morro do Chapéu, Guedes por exemplo, localizou na freguesia da Sé Catedral do Rio de Janeiro tanto livros mistos como organizados por condição jurídica. Conforme ele a separação dos livros para livres, escravos, brancos, pretos, e brancos e forros, existia antes mesmo das *Constituições Primeiras*, sendo, portanto, uma opção de registrar dos próprios religiosos local.³⁶

Foram três os padres que assinaram os livros, sendo os dois principais Francisco Gomes de Araújo e Joaquim Ignácio de Vasconcelos. O Padre Francisco Gomes de Araújo exerceu a função de pároco durante o período de 1838 até 1855 quando faleceu, temporariamente “foi nomeado Vigário Encomendado para reger a Freguesia N. S. da Graça

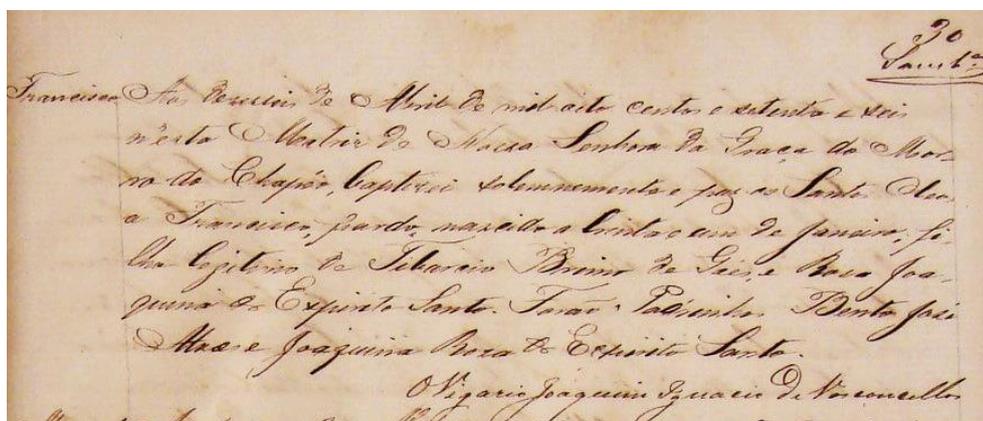
³⁶ Mais informações sobre a divisão de livros de batismo, ver GUEDES, 2014.

de Morro do Chapéu o Padre Maximiano Pimentel que exerceu seu cargo até a posse do novo Vigário Calado Padre Joaquim Ignácio de Vasconcelos” em 1856.³⁷

O livro de batismo de 1838-1860 foi o único que teve mais de um assinante, pois no intervalo da morte de um padre (Francisco Gomes) e posse de outro (Joaquim Ignácio), o padre Maximiano Pimentel foi o responsável pela administração da freguesia. Se por um lado é certo dizer que apenas três padres apareceram como assinantes/responsáveis dos registros para o período, por outro não é admissível afirmar que somente eles os redigiram, já que a caligrafia as vezes variou de um livro para outro ou até em um único livro. Também não foram os únicos a realizarem os batismos, como é possível verificar na leitura dos registros.

Essa, digamos, estética dos livros de batismo demonstra que os registros geralmente foram redigidos por pessoas diferentes, mas sempre assinado pelo pároco. Embora tenha encontrado uma variedade de caligrafias, apresento a seguir três imagens dos registros de batismos para melhor exemplificar minhas argumentações:

Figura 1- Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1875-1877.



Fonte: Livro de batismo 1875-1877, página 30, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

³⁷ “Notas históricas e religiosas da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, a pedido dos Reverendos Vigários da dita Freguesia, e colecionadas pelo Professor Antonio Gabriel de Oliveira, natural do Morro do Chapéu, firmado em documentos autênticos e na tradição de antigos moradores”, 1933, Livro de Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, fl. 35-59.

Figura 2- Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora de Morro do Chapéu, 1877-1880.

Aurora do nome de Maria Antónia do nome de Almeida
 no dia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu
 baptizada solemnemente e por os seus Pais a Aurora
 na paróquia nascida a oito de Junho de anno passado do
 filha legitima de Bartholomeu da Silva Almeida
 e Antónia Maria de Almeida. Foram padrinhos
 Coronel António Sousa da Rocha e Dona Maria
 Antónia Almeida de Almeida.
 Vigário Joaquim Ignácio de Sousa e Silva

Fonte: Livro de batismo 1877-1880, página 29, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

Figura 3- Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1884-1885.

Aurora do nome de Maria Antónia do nome de Almeida
 no dia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu
 baptizada solemnemente e por os seus Pais a Aurora
 na paróquia nascida a oito de Junho de anno passado do
 filha legitima de Bartholomeu da Silva Almeida
 e Antónia Maria de Almeida. Foram padrinhos
 Coronel António Sousa da Rocha e Dona Maria
 Antónia Almeida de Almeida.
 Vigário Joaquim Ignácio de Sousa e Silva

Fonte: Livro de batismo 1884-1885, página 9, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

É possível afirmar que os aspectos relacionados com a formatação e caligrafia são fáceis de serem percebidos em breve análise visual, como por exemplo as diferentes pessoas redigindo e as assinaturas ao final. Dessa forma, assim como Guedes, posso afirmar que os livros da IMNSGMC são resultados de lançamentos compartilhados, pois os registros não foram escritos apenas por um único padre ou sacristão.³⁸

Observei que provavelmente a mesma pessoa que escrevia os registros anterior ao padre Joaquim, permaneceu na função, enquanto o novo pároco somente assinava ao final, pois constatei que a caligrafia da narrativa do sacramento aparentemente permaneceu a mesma e a cor da assinatura é bem mais escura do que a que descreve. Isso pode indicar que nessa ocasião havia um escrivão responsável pela escrita dos assentos de batismos. Para

³⁸ GUEDES, 2014.

exemplificar o que digo, apresento a seguir dois registros que correspondem ao período final da administração do padre Maximiano e início do padre Joaquim.

Figura 4 - Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1860, assinado pelo Padre Maximiano da Silva Pimentel.

No mesmo dia mês e anno supra na Capella do Morro do
 Ave baptisai solemnemente e fez os Santos Oros a
 Maria recem-nascida com mãe se icade filha natural de
 Domingos Antonio Soares de Joaquim Fil da Encruzada: pe
 rão Padrinhos Victorino Manoel e Maria Benedita casados em
 de Anna Theresa de Jesus Vieta Frequentia
 Maximiano da Silva Pimentel

Fonte: Livro de batismo 1838-1860, página 124 versos, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

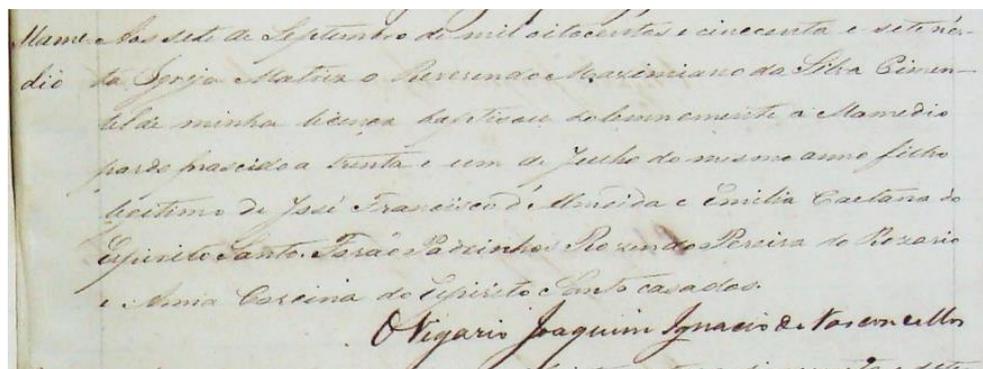
Figura 5- Registro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1860, assinado pelo Padre Joaquim Ignácio de Vasconcellos.

No mesmo dia mês e anno supra na Capella da Graça do
 Morro de Joaquim de São Benedita baptisai solemnemente e
 fez os Santos Oros a Maria recem-nascida com mãe se icade
 filha natural de Victorino Manoel e Maria Joaquina:
 perão Padrinhos Victorino Manoel e Maria Joaquina casados em
 de Anna Theresa de Jesus Vieta Frequentia
 Vigário Joaquim Ignácio de Vasconcellos

Fonte: Livro de batismo 1838-1860, página 125, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

Seguindo esta lógica, acredito que os assentos estiveram redigidos como se quem anotasse fosse sempre o vigário geral da freguesia, todavia isso é questionável, logo que várias vezes percebi a possibilidade de ele só realizar a assinatura ao final. Para melhor explicitar o que digo segue a baixo um registro no qual a caligrafia do redator e do assinante demonstram ser diferentes, por tais argumentos já sugeridos:

Figura 6 - Registro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1860.



Fonte: Livro de batismo 1838-1860, página 154, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

Sobre a redação dos registros, o que orientava as constituições primárias, é que:

(...) ao pé de cada assento se assinará o Pároco, ou Sacerdote, que fizer o Baptismo, de seu sinal costumado: e este termo fará logo antes de sair da Igreja sob pena de mil réis por cada falta, escrevendo tudo ao comprido, e não por breves, nem por conta, e letras de algarismo sob a mesma pena para a fábrica, e Meirinho. Mas se o Sacerdote, que batizar, não for o próprio pároco, ou seu Cura, ou substituto, não fará o assento do Baptismo, porém falo-a o próprio Pároco no mesmo dia, declarando, que nele batizou N. de tal parte de licença do Ordinário, ou sua; e se os padrinhos forem solteiros, declarará os nomes dos pais.³⁹

Os diferentes aspectos discutidos até aqui sobre os lançamentos de batismos, indicam algumas características da realidade da Freguesia de N. S. da Graça. Mostrando que muitas vezes não se cumpriu o que instruíam as Constituições Primárias, não por uma opção dos religiosos, mas porque era impossível que se cumprisse de forma fidedigna, pois os lugares onde geralmente foram realizados vários batismos ficava distante da sede da freguesia, sendo, portanto, difícil a realização do sacramento sempre pelo pároco, bem como o lançamento do registro batismal no mesmo dia, como orienta o fragmento das Constituições acima.

Dessa forma, é possível compreender o porquê aconteciam estas diferenças nos lançamentos; muitos padres batizaram em diferentes localidades e só depois foi feito o registro no livro, como indicam alguns lançamentos com datas posteriores ao rito. O pároco calado não conseguia realizar os sacramentos em todas as comunidades da freguesia, designava, deste modo, outros padres que o realizavam, muitas vezes até vários em uma única ocasião.

³⁹DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853). Tit. XX. (p.29). A grafia foi atualizada, conservei as letras maiúsculas e minúsculas e não modifiquei a sequência textual.

Nesse sentido é plausível afirmar que foram vários os religiosos que realizaram batismos na freguesia de N. S. da Graça, um total de 22 identificados para o período. Além dos três párocos, os religiosos que mais batizaram foram Pedro de Alcantra Albuquerque, Roberto de São Gonçalo Sarmiento, Manoel Nicolau Ferreira Leal e João Barreto Goes. As vezes alguns registros não informaram quem realizou o batismo, isso pode ter sido resultado da desatenção de quem registrou, ou até mesmo uma opção em não registrar por subentender que já saberiam que era o vigário da matriz o responsável.

Alguns assentamentos estão escritos de forma mais organizada que outros, visto como uns estão separados por um espaço, enquanto outros foram redigidos em um único texto, sem espaçamento. Em praticamente todos os registros, ao seu lado foi colocado o nome do batizado, talvez isso facilitasse quando houvesse uma necessidade de consulta-los. Acredito que alguns dos nomes ao lado foram inseridos em um momento posterior ao ato de redação, podendo ter ocorrido alguns anos depois.

Os batismos nem sempre foram realizados na Igreja Matriz, mas em diferentes lugares da freguesia, como nas capelas, povoações e sítios. As localidades foram as seguintes: Capela de América Dourada, Capela de Nossa Senhora da Conceição do Breginho, Capela de Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo, Capela de Nossa Senhora do Patrocínio da Canabrava, Capela de Senhor Bom Jesus da Boa Esperança do Riachão da Utinga, Matriz de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, Povoação de Cachoeirinha, Povoação do Ventura, Sítio da Boa Vista e Sítio do Jacaré.

Os lugares nos quais houve maior número de batismos envolvendo escravos foi na Matriz N. S da Graça com 152 batizados, Capela de Senhor Bom Jesus da Boa Esperança do Riachão da Utinga com 50 sacramentos e Capela de Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo com 36. O grande número de batismos nestas localidades demonstra que nelas havia uma concentração maior de escravos, conseqüentemente existiu vários senhores ou escravarias de proporções maiores que a dos outros espaços da freguesia. Ainda houve registros que não especificou onde o batismo foi realizado, para alguns desse tipo é possível supor que tenha sido na mesma localidade dos anteriores por apresentarem datas iguais.

O ato de abreviar algumas palavras durante o processo de escrita dos registros batismais foi identificado algumas vezes. No livro de 1838 a 1860 havia o costume de abreviar determinadas palavras principalmente o termo Padrinhos com as letras PP. Isso não foi algo constante nos outros livros. Foram encontrados outros termos na forma de abreviação como por exemplo leg^{mo} (legítimo), s^{tos} (Santos), vg^o (vigário) e alguns nomes de pessoas como M^{el} (Manoel) e Fran^{co} (Francisco). Lembrando que esse perfil de abreviaturas apareceu

em determinadas partes de alguns livros, reafirmando a possibilidade de várias pessoas realizar os lançamentos dos batismos.

Achei interessante examinar os termos de abertura e de encerramento presente no início e fim de cada livro, pois estes como os próprios nomes já sugerem, abrem e encerra o processo de registrar de cada volume correspondente a determinado período. A análise destes termos é importante para compreender por exemplo qual a condição jurídica dos batizados. Guedes para a freguesia da Sé encontrou nos enunciados a descrição de quais sujeitos seriam lançados nos registros de batismo: batizado só de brancos, de pretos, brancos e forros. Nos termos dos livros da IMNSGMC, entretanto não aparecem essa especificação, apenas diz que o livro “servirá para lançar neste os assentos de batismo” da Freguesia de N. S. da Graça, sendo, portanto, livros mistos, já que não houve separação por condição como ocorreu na Sé.⁴⁰

Além disso, quando comparado entre si esses termos de todos os dez livros, a conclusão é que não trazem diferenças significativas em seu conteúdo de um para outro. Neles são apresentados a quantidade de folhas existente em cada um dos livros, que por sua vez são todas numeradas e rubricadas por quem autoriza a abertura. Para Morro do Chapéu os termos normalmente eram feitos na Villa de Santo Antônio da Jacobina pelo Vigário geral.

A produção dos livros de batismo comumente era ou deveria ser uma preocupação dos clérigos, como podemos observar nas Constituições Primeiras, seguindo as orientações do Concílio Tridentino, que norteia como os religiosos deveriam proceder:

(...) mandamos que em cada Igreja do nosso Arcebispado (da Bahia) haja um livro encadernado feito à custa da fábrica da Igreja, ou de quem direito for, o qual livro será numerado, e assinado no alto de cada folha por nosso Provisor, Vigário Geral, ou Visitadores, e na primeira folha se declarará a Igreja d’onde é, e para o que há de servir; e na última se fará termo por quem o numerar, em que se declare as folhas que tem, e estará sempre fechado na arca, ou caixões da Igreja debaixo de chave (...).⁴¹

O Concílio Tridentino já buscava orientar os religiosos sobre como produzir os livros para registro dos sacramentos. Além disso, o termo de abertura era de extrema importância para apontar qual a finalidade do livro, como de suas especificidades já observadas anteriormente.

⁴⁰ GUEDES, 2014.

⁴¹ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853). Tit XX. (p.28-29). A grafia foi atualizada, conservei as letras maiúsculas e minúsculas e não modifiquei a sequência textual.

Em uma sociedade ainda carente de documentação não é de se estranhar que os registros de batismo fossem de certa forma um documento importante para as pessoas daquela época. Como observou Sampaio⁴², a igreja funcionava como registro civil, é admissível afirmar, portanto, que a importância dos livros de batismo não era só na dimensão religiosa, todavia também na jurídica. Em seus próprios termos de abertura e encerramento, é ressaltado a dimensão jurídica, como pode se perceber na frase “interponho minha autoridade ordinária e decreto judicial”.⁴³

Sobre termos que apareceram ou desapareceram nos livros de batismo durante o período, foi identificado de certa forma uma transição da palavra “cativo” para a palavra “escravo”. No início do livro de 1838-1860 percebe-se a utilização do termo “cativo”, entretanto este dificilmente foi encontrado posterior a década de 1840, prevalecendo a denominação escravo para as pessoas de cor⁴⁴ submissas aos senhores. A importância em ressaltar tal condição era grande, já que geralmente os registros serviam como forma de assegurar a exploração dos escravos por muitos senhores, deste modo uma prova da posse escrava.

Os escravos estão presentes nos livros de três maneiras: recebendo o batismo, pais e padrinhos. Os cativos que receberam o batismo no espaço de tempo estudado eram crianças, isso indica que os senhores de Morro do Chapéu permitiam que seus cativos procriassem com frequência, e ao mesmo tempo mostra que os cativos também buscavam estratégias de sobrevivência criando laços familiares. A maioria destas crianças receberam o batismo antes de completar um ano de nascidos, isso indica que o sacramento era importante para sua família e de certa forma para todos os envolvidos, como discutirei mais a diante.

Se por um lado os escravos levaram seus filhos para batizar, por outro não subiram ao altar com constância, já que na maioria dos batismos de escravos, as mães apareceram sozinhas. Quando ambos os pais apareceram, não foi possível saber informações a mais destes, já que indicaram apenas seus senhores, da mesma forma que ocorreu para os padrinhos e madrinhas escravas. Os escravos não foram escolhidos com tanta frequência para apadrinhar outros cativos. Estas e outras informações serão mais detalhadas no próximo capítulo, com análise dos dados.

Portanto, fica claro que os registros de batismos apesar de conterem de certa forma uma padronização são bem diferentes, variando muitas vezes em determinados pontos. Assim,

⁴² SAMPAIO, 2009. p.41.

⁴³ Livro de batismo de Morro do Chapéu 1865-1868.

⁴⁴ Uso “de cor” para me referir a pretos, crioulos, cabras, pardos e mulatos, presente nos livros.

é compreendido que essa ampla multiplicidade ocorreu por influências de distintos fatores, que poderiam ser relacionados com a própria Igreja Católica como à comunidade.

2.2 OS BATIZADOS, PAIS E PADRINHOS

É necessário lembrar, que alguns aspectos específicos sobre os batizados, pais e padrinhos, que abordo neste trabalho, estão de certa forma mais voltados para os registros nos quais os escravos aparecem. Uma vez que transcrevi e analisei de forma minuciosa apenas os batismos envolvendo os cativos, não me dediquei tanto aos outros registros de pessoas livres. Dessa forma, me aprofundei apenas nos que tinham a presença escrava.

É certo que os livros de batismo seguiam ou deveriam seguir um padrão de acordo aos critérios indicados pelas *Constituições Primeiras* (1719-1720), mas mesmo assim é perceptível diferentes peculiaridades de um livro para outro, ou até mesmo em um único livro. Como observou Hameister, de acordo às constituições primárias, os registros deveriam ser da seguinte forma:

Aos tantos de tal mês e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. ou em tal igreja, a N. filho de N, e de sua mulher N. e lhe pus os santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal igreja e moradores em tal parte (...) devendo ser seguido da assinatura do pároco ou sacerdote, e a recomendação de que tal registro seja feito antes do pároco deixar o espaço da igreja”.⁴⁵

As colocações de Hameister sobre o modelo de registro estipulado pelas constituições, demonstram claramente quais eram as regras que os padres deveriam se atentar ao redigi-los. Passemos agora a compreender melhor as mudanças e permanências nos registros de batismo de escravos da FNSGMC, no período de 1838 a 1888, em três categorias: batizados, pais e padrinhos. Deste modo, fica mais fácil perceber com maior clareza quais são os aspectos presente nos livros de batismo e quais os mais marcantes em determinados tempos.

As informações referentes ao período do nascimento dos batizados variaram de um livro para outro. A data de nascimento por exemplo, prevaleceu presente na maior parte dos registros, já uma parcela pequena em vez da data, ressaltou a idade que o batizado tinha no momento que recebeu o sacramento. Foram poucos os registros que não informaram nada sobre período do nascimento ou idade do batizado.

⁴⁵ HAMEISTER, 2012. p. 103.

Nem sempre foi especificada a cor dos cativos que subiram a pia batismal. Um período que não houve lançamento da cor dos batizados foi por volta do final de 1882 até 1885, sendo retomado logo depois. Tentando compreender o motivo dessa ausência, observei que a caligrafia que apareceu antes, durante e depois deste período não permaneceu a mesma, embora quem assinasse fosse sempre o pároco. Geralmente as informações eram responsabilidade do pároco, acredito que como nesse intervalo não houve mudança, isso tenha ocorrido por causa de diferentes escrivães como demonstra as letras.

Os dados sobre os pais são poucos, o nome era algo básico, é claro. No entanto, a condição, por exemplo, foi informada apenas quando eram forros, libertos ou escravo. Para os pais escravos havia sempre a informação do nome do senhor ao qual pertencia. Em alguns casos é possível saber a naturalidade e o local de moradia dos pais, já que ao final de alguns registros é informado que todos são naturais e moradores de tal lugar. Nesse período nos livros da FNSG, não havia a informação da condição de cor para os pais e padrinhos, registrou se apenas a do batizando.

Para os padrinhos, a condição matrimonial foi informada até meados da década de 1840, nos registros produzidos após este período foi possível identificar a situação conjugal apenas para os casais que apadrinharam juntos, já que depois do nome do homem segue a expressão “e sua mulher”, demonstrando, portanto, que são conjugues. Dessa forma, podemos supor que provavelmente esta informação referente ao estado matrimonial pode ter sido algo frequente nos registros anteriores. No entanto, com o passar do tempo deixou de ser considerada tão relevante, deste modo desaparecendo dos registros.

Igual padrão foi observado a respeito da residência e da naturalidade, já que estas informações também desapareceram nos registros de batismo posterior a 1860. No livro de 1838-1860 foram encontradas expressões do tipo: “naturais e moradores desta freguesia” e “todos moradores desta freguesia”. Contudo, foi plausível compreender que os padrinhos e pais eram residentes e naturais ou só residentes da mesma freguesia na qual se realizou o batismo, ou seja, a Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

Basicamente, o que prevaleceu de informação sobre as pessoas que apadrinhavam, por volta de 1860, nos livros analisados, foi o nome e comumente a condição quando escravo ou as vezes liberto e raramente livre. O não aparecimento da condição de livre, provavelmente era um consenso na sociedade, ficando subentendido que se aquela pessoa não era classificada como escravo ou liberto, ela seria livre. No geral ao ser informada a condição de escravo, do mesmo modo que ocorreu para os pais, o nome do senhor dos padrinhos na maioria das vezes

apareceu logo em seguida, mas quando não se tratava de um cativo somente o nome esteve presente.

Ainda sobre os padrinhos é curioso observar que vários não compareceram ao batismo, no entanto enviaram outra pessoa com uma procuração na qual lhe dava autorização para representa-los. Isto foi mais frequente entre os homens do que entre mulheres, assim sendo, os padrinhos e madrinhas escolhidos que se ausentaram no momento do sacramento batismal, ao mesmo tempo foram substituídos por outros de sua própria escolha. Essa ausência não chegou a ser justificada em nenhum registro, suponho que isso possa ter ocorrido por causa de algum impedimento pessoal ou até mesmo de deslocamento quando se tratou de algum padrinho residente fora da localidade.

A presença de madrinhas santas foi algo comum nos registros da Freguesia de N. S. da Graça. Encontrei como madrinhas santas Nossa Senhora, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Patrocínio, as vezes acompanhadas do padre como padrinho. O mesmo não encontrou Joceneide Cunha Santos para o século XIX em uma das freguesias de Sergipe que pesquisou, como ela mesmo ressalta “este ato era proibido pelas Constituições do Arcebispado da Bahia, mas alguns reverendos ignoravam a proibição, todavia, não foi comum em Santo Amaro”.⁴⁶

A escolha tanto de madrinhas santas como a de padrinhos religiosos de fato não era algo recomendado pelas Constituições Primeiras, como bem podemos constatar ao ler o fragmento das Constituições, que explicam quem poderia apadrinhar:

(...) E não poderão ser padrinhos o pai, ou a mãe do batizado, nem também os infieis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, ou mudos, e os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Cônego Regrante, ou outro qualquer religioso professo de Religião aprovada, (exceto o das Ordens Militares) por si, nem por procurador.⁴⁷

Portanto, a preferência por divindades e religiosos como padrinhos, apesar de não ser algo que estava dentro das normas da Igreja Católica, foi permitido por alguns párocos, como os que passaram por Morro do Chapéu. Esse tipo de escolha, pode demonstrar por parte dos pais, tanto o interesse por uma proteção divina (madrinha santa), como a terrena (padre) para

⁴⁶ SANTOS, Joceneide Cunha. A entrada de homens e mulheres africanos nas terras sergipanas e no mundo cristão. In: SANTOS, Joceneide Cunha. **Negros (as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835)**. Salvador. 2014. p.151.

⁴⁷ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853). Tit XVIII, (p.26). A grafia foi atualizada, conservei as letras maiúsculas e minúsculas e não modifiquei a sequência textual.

seus filhos e familiares. Brugger sobre a questão de um padre na posição de padrinho argumenta que;

(...) a escolha de sacerdotes como padrinhos pode justificar-se por diversos fatores. Um deles é de ordem religiosa, na medida em que o padre seria visto como um intermediário entre Deus e os homens, capaz de interceder pelos afilhados perante a corte celestial, de modo mais eficaz que os demais mortais. [...] por outro lado, os padres eram homens solteiros e, via de regra, não possuíam descendentes como herdeiros necessários⁴⁸.

De tal modo, um padre, por exemplo, com seu status religioso dentro da freguesia, poderia ser útil em determinados momentos especialmente para os escravos, tendo em vista que os religiosos tinham uma certa aproximação com muitas famílias senhoriais locais.

Diferente do que Jonis Freire encontrou ao desenvolver sua pesquisa sobre o distrito Santo Antonio de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, para o mesmo século, eu não encontrei nomes de padrinhos desacompanhados dos seus respectivos sobrenomes com tanta frequência. Constatei, no entanto, que na maioria das vezes quando os padrinhos eram escravos não foi informado o sobrenome, uma vez que geralmente os cativos não tinham estes, a não ser quando detinham prestígio e diferenciação dentro da escravaria ou na sociedade.⁴⁹ Encontrei bem mais nomes de pais escravos acompanhados de sobrenome, do que de padrinhos que quase não apareceram.

Contudo, é nítido que o livro no qual houve uma maior preocupação em informar o maior número de dados sobre os envolvidos no batismo, foi o livro de 1838-1860. Do mesmo jeito quando comparado os dez livros, principalmente ao observar os registros nos quais os escravos apareceram, conclui que as informações neste livro (1838-1860) foram mais ressaltadas para os padrinhos e madrinhas que para os pais. Não foi identificado registros de ocupação, nem dos pais e nem dos padrinhos, no entanto as vezes foi possível saber o título de alguns padrinhos, por exemplo coronel, capitão e major, que apareceram algumas vezes.

Diante dessas abordagens ficou claro que é viável aos pesquisadores por meio dos registros de batismo, constatar como funcionava a sociedade na qual a igreja estava inserida, mesmo que para isso seja necessário o cruzamento de dados presentes em outras fontes eclesiásticas ou não. Deste modo os livros de batismo da FNSGMC apresentaram uma variedade de detalhes, desencadeando uma reflexão sobre a possibilidade do conhecimento sobre alguns aspectos da sociedade de Morro do Chapéu durante o oitocentos.

⁴⁸ BRUGGER, 2007. p.329.

⁴⁹ FREIRE, 2012.

CAPÍTULO II

OS ESCRAVOS E O SACRAMENTO DO BATISMO

3. OS ESCRAVOS E O SACRAMENTO DO BATISMO

O sacramento do batismo não significava apenas a entrada de pessoas na comunidade religiosa, contudo a construção de redes sociais dentro e fora da localidade na qual determinado indivíduo residia. Para os cativos essas redes que o apadrinhamento gerava eram de grande importância, pois poderiam se aproximar inclusive de pessoas com status superior ao seu. Nesse sentido os laços criados no batismo eram pensados, ou seja, uma agência⁵⁰ escrava usada pelos negros para tentarem conseguir melhores condições de vida para si e sua família, e até mesmo a liberdade.

As relações criadas no batismo não dependiam de certa forma apenas da religiosidade, mas estavam inclusive ligadas aos aspectos tais como sociais, geográficos, econômicos e pessoais.⁵¹ Uma vez que a escolha dos padrinhos para um filho geralmente perpassava por tais análises, por parte dos pais ou só da mãe em caso de ser mãe solteira. Um padrinho que morasse muito distante dos seus afilhados nem sempre seria uma escolha acertada, pois a ideia de padrinhos é justamente a de segundos pais, não fazendo sentido tê-los muito distante de seus afilhados.

Devo concordar com Luís Augusto Ebling Farinatti⁵² quando observa que o batismo para os escravos era na verdade um momento propício para estabelecer relações além da escravaria da qual o indivíduo fazia parte, constituindo ou fortalecendo laços tanto com outros cativos ou principalmente com pessoas livres. Dessa forma, os vínculos gerados pelo sacramento não se limitavam ao espaço religioso, pois,

Tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da Igreja. Podiam ser utilizados para reforçar o parentesco já existente, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer ligações verticais entre indivíduos socialmente desiguais. Construído na Igreja e projetado para dentro do ambiente social, "o compadrio significava mais que tudo, a consecução de um laço de aliança que atava, à beira da pia batismal, os pais de uma criança e seus padrinhos".⁵³

O compadrio ultrapassava, portanto, as estruturas eclesiais proporcionando aos cativos a possibilidade de obter parentes espirituais em condições socioeconômicas bem mais superiores as suas. Diferente de um parentesco consanguíneo, o parentesco "espiritual" é algo

⁵⁰ Uso o termo agência para me referir às ações que os escravos faziam, não sendo indivíduos passivos sem ações significativas. Para compreender mais sobre agência escrava ver HAMEISTER, 2012.

⁵¹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no Sul do Brasil (c.1820- c.1855). In: XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p.143-175.

⁵² FARINATTI, 2012.

⁵³ FREIRE, 2012. p. 18.

opcional, no qual os pais têm a oportunidade de escolher para apadrinhar as pessoas que “desejassem”.⁵⁴ Assim, os escravos se utilizavam do batismo de seus filhos para fortalecer ou criar novos vínculos, que lhes poderiam futuramente ser uteis.

Estes e outros aspectos serão abordados de maneira mais detalhada nesse capítulo, partindo das informações presentes nos livros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, correspondentes aos registros lançados durante o período de 1838 a 1888 quando a Lei Áurea⁵⁵ foi sancionada. Trato das particularidades percebidas nos registros de batismo nos quais os cativos estiveram presente, no grupo de batizando, pais e padrinhos. Tentei perceber quais foram as permanências e mudanças dos batismos envolvendo os escravos, quando comparados à outras pesquisas para o mesmo século ou não.

3.1 A PONDERADA ESCOLHA DE PADRINHOS E MADRINHAS

A seleção de padrinho e madrinha para um filho no século XIX não era tão simples como pode-se imaginar inicialmente, sobretudo quando se tratava da população escrava. Hameister apresenta quatro observações importantes a serem levadas em conta para a escolha de padrinhos e madrinhas, a “primeira: devem ser cristãos. Segunda: não deve estar dentre as possibilidades de matrimônio futuro. Terceira: deve-se evitar pessoas de muita idade. Quarta: que preferencialmente não figure entre os desafetos e rivais”.⁵⁶

Sobre esta primeira observação é possível perceber-na nas Constituições Primárias, quando são apresentados os critérios para alguém poder apadrinhar, e dentre eles ressaltam que estão impossibilitados de apadrinhar os “hereges” e “os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé”.⁵⁷ Logo, é compreensivo que primeiramente ser cristão praticante da fé católica eram critérios básicos exigidos pela igreja, mas é lógico não suficientes para apadrinhar.

Seguindo as outras observações é possível perceber que os pais ao buscarem padrinhos, além de notar as normas da igreja, se atentavam em analisar se as pessoas a serem escolhidas não seriam no futuro um possível pretendente a casamento. Ou até mesmo se o futuro padrinho não deixaria seu afilhado desprovido da sua presença protetora logo cedo, por

⁵⁴ VENANCIO, Renato Pinto. Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804. **Anais da V Jornada setecentista**. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. p.598

⁵⁵ Lei Áurea, concedeu liberdade aos escravos brasileiros, Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888.

⁵⁶ HAMEISTER, 2012. p.112.

⁵⁷ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853). Tit XVIII, (p.26).

causa de uma possível morte em caso de já ser muito idoso no momento do sacramento. Além destes aspectos, era importante para os escravos que seus compadres e comadres não fossem inimigos dos seus senhores, pois se assim fosse poderiam gerar problemas e não lhes seriam úteis em momentos delicados na relação entre senhor e escravo.

Para complementar, as reflexões de Gudeman e Schwartz trazem alguns dos fatores que envolviam a escolha dos padrinhos para o Recôncavo Baiano:

Para essa sociedade, fatores como a localidade, a legitimidade, o sexo, a cor, o estatuto legal interviam na seleção dos padrinhos/madrinhas. Tentamos revelar algo da dinâmica interna da escravidão baiana. Acima de tudo sugerimos que o fato mesmo de ser escravo ou livre, senhor ou não, interferiam num padrão de escolha.⁵⁸

Nesse sentido acredito que os escravos de Morro do Chapéu refletiram basicamente sobre os mesmos aspectos, para decidirem quais seriam seus compadres e comadres. E embora tenham enfrentado as diferentes limitações, não deixaram de ser agentes de sua própria vida, pois buscaram estratégias de construção de laços espirituais com pessoas muitas das vezes em condições melhores que as suas. Na obra “Visões da Liberdade” de Chalhoub é possível compreender que os escravos eram pessoas que principalmente agiam em prol da liberdade própria e dos seus familiares.⁵⁹

Alguns pesquisadores defendem que tais escolhas não eram simplesmente por motivos de amizade e aproximação. Freire por exemplo observa que a escolha de padrinhos era feita com base em interesses e que “ao invés de gerar laços de solidariedade entre os cativos, o compadrio tinha uma relação meramente utilitária e reforçava a instituição da escravidão”.⁶⁰

Bruna Sirtori e Tiago Luís Gil também fazem uma pequena crítica aos pesquisadores que analisam a escolha do apadrinhamento só pela perspectiva da amizade ou como investimento. Para eles as seleções envolviam vários outros aspectos, inclusive a falta de alguém próximo que atendesse seus interesses pessoais, restando assim a escolha de um outro não tanto completo aos seus objetivos. “Muitas vezes, o compadre poderia ser alguém próximo, do cotidiano imediato dos pais, e não um investimento de longo prazo ou a consagração de longa amizade”, até porque segundo eles, não existia uma mobilidade gigantesca.⁶¹

⁵⁸ GUEDEMAN; SCHWARTZ, 1988. p.58.

⁵⁹ CHALHOUB, 1990.

⁶⁰ FREIRE, 2012, p.18.

⁶¹ SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. **A geografia do compadrio cativo**: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas, e perspectivas de análise*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p.140

Defendo que não podemos se equivocar e dizer que tais relações tiveram como norte apenas uma ou outra coisa, mas acredito num conjunto de influências, embora as vezes umas podem ter pesado mais que outras. Algumas pessoas provavelmente se deixaram levar por motivos pessoais, enquanto outros optaram por ser mais racionais com objetivos mais sistemáticos direcionados para obtenção de benefícios. Portanto a escolha de padrinhos e madrinhas não eram ingênuas, visto como envolviam uma variedade de critérios religiosos, individuais, e até mesmo limitações senhoriais e territoriais.

3.2 A PRESENÇA ESCRAVA NOS REGISTROS DE BATISMO EM MORRO DO CHAPÉU NO SÉCULO XIX

Morro do Chapéu era uma acentuada região que assim como tantas outras localidades do Sertão desempenhava papel importante para a Província da Bahia. Além da produção de diamante se destacou principalmente na pecuária ao desenvolver a cria e recria de gado que matava sobretudo a fome da população na Cidade da Bahia. Nela residia grandes senhores escravistas que exerciam poder local, a exemplo do Coronel Quintino Soares da Rocha,⁶² dono de uma grande escravaria. Pensando especialmente na presença escrava dessa região tentei identificar e compreender por meio das alianças geradas nos sacramentos como os cativos de viviam.

Para o período de 1838 a 1888 identifiquei nos livros de batismo um grande número de escravos batizando seus filhos ou apadrinhando os filhos de outros escravos da sua ou de outras escravarias em Morro do Chapéu. É possível perceber a dimensão da população escrava observando o número destes identificados nos registros analisados. Juntando a quantidade dos que batizaram seus filhos, os que apadrinharam e os batizados temos um total de 699 escravos para o período pesquisado. Levando se em conta que o tempo estudado é de 50 anos, suponho que muitos destes atingiram o ano de 1888, momento da libertação da escravatura no Brasil.

Não podemos perder de vista que nem todos os escravos devem ter sido batizados pois alguns dos senhores não eram fieis aos ensinamentos da igreja católica ou até mesmo não viam como algo tão importante e benéfico para sua escravaria, optando, deste modo, em não os batizar. Logo a população escrava era bem mais ampla do que aparece nos livros de batismo,

⁶² Coronel pesquisado por: FERREIRA, 2018.

uma vez que os registros batismais não conseguem dá conta geral dos cativos, e nem todos os jovens, adultos e idosos chegaram a ter presença nos registros durante este período.

Sobre a relação entre religião e escravidão, Genovese, por exemplo, destacou alguns aspectos nesse sentido para o Sul dos Estados Unidos. Ele ressaltou que havia aqueles senhores que com medo dos escravos se voltarem contra a escravidão não ofereciam a religiosidade cristã aos seus negros, acredito que alguns senhores de Morro do Chapéu também podem ter pensado parecido. No entanto, segundo ele vários senhores sulistas viam na religião cristã um verdadeiro “instrumento de controle social”, já que a religião funcionava como meio de legitimidade da escravidão, ao incentivar os escravos a serem obedientes e aceitarem os castigos como algo justo. Inclusive existiam senhores no Sul estadunidense, que se responsabilizavam pessoalmente pela instrução religiosa de seus negros e muitos até os obrigavam a participar das atividades religiosas.⁶³

Libby ao discutir sobre deveres e direitos na relação entre senhores e escravos, citou que era dever senhorial fornecer orientação religiosa;

Do ponto de vista do senhor, cabia-lhe prover seus escravos com os elementos básicos da sobrevivência – alimentação, vestimenta e habitação – mas também propiciar momentos, regrados, é claro, de lazer, de alguma instrução religiosa e profissional, além de aconselhamentos variados e sempre de natureza pessoal e privada. Em troca destes deveres senhoriais, esperava-se trabalho regular e bem feito, obediência sem qualquer questionamento e lealdade ferrenha a sua pessoa e a sua família.⁶⁴

O batismo, portanto, ao mesmo tempo que tinha o seu nível de relevância para a religiosidade, também apresentava um certo valor para o sistema escravista, pois além de gerar um possível controle sobre os cativos, funcionava como meio de assegurar a posse escrava senhorial.⁶⁵ É possível perceber que o termo escravo ou cativo sempre esteve presente tanto para designar pais e padrinhos como principalmente os batizados.

A seguir uma tabela com a condição dos pais, mães, padrinhos e madrinhas que apareceram nos registros nos quais os cativos estiveram presente:

⁶³ GENOVESE, 1988.

⁶⁴ LIBBY, 2008, p.33.

⁶⁵ GUEDES, 2014, p.131.

Tabela 1- Condição dos pais, mães, padrinhos e madrinhas/ Freguesia de Nossa Senhora da Graça 1838-1888.

	Pais	Mães	Padrinhos	Madrinhas
Livre	24	31	286	273
Escravo	49	303	54	41
Liberto	0	6	1	5
Não se aplica*	271	4	3	25
Total	344	344	344	344

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

*Usei não se aplica para os indivíduos não informados nos registros, e para madrinhas santas. Quando o registro não informou a condição considerei como livre.

A maioria dos batizados escravos não tiveram o nome de seus pais citados nos registros. Dos 344 que receberam o sacramento apenas 73 pais foram citados, destes 49 eram escravos e 24 livres. É necessário destacar que a ausência de pais nos registros nem sempre correspondia a ausência destes nos núcleos familiares ou sem participação no batismo de seus filhos, pois geralmente os pais que não haviam contraído matrimônio como mandava a Igreja, não tinham seus nomes citados nos acentos de batismo no período.⁶⁶ Acredito que o número tão alto de pais ausentes nos batismos tenha sido justamente por causa de tal motivo.

Como é possível perceber na tabela, nenhum pai foi identificado na condição de liberto, no entanto, as mães apareceram nessa condição seis vezes. É provável que alguns libertos tenham sido tratados como livres, ou isso ocorreu porque alguns casais escravos buscaram conseguir a alforria da mulher para que seus filhos nascessem na condição de livres, uma vez que a escravidão vinha do ventre. Considerando esta última hipótese, eles desenvolveram estratégias no intuito de conseguir a alforria, visto como “livraria” os filhos do casal da escravidão e aumentaria a possibilidade de conseguir juntar pecúlio para libertar outros integrantes da família escrava.

Diferente dos pais as mães sempre foram citadas, dos 344 registros apenas quatro não informaram o nome da mãe. Das 340 mães mencionadas nos registros, 303 eram escravas, sendo, portanto, sua presença algo indispensável.

⁶⁶ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853). Tit XX, (p.30).

É possível perceber que os escravos de Morro do Chapéu escolheram na maioria das vezes padrinhos e madrinhas livres para seus filhos, isso faz parte de estratégias escravas como já sugerido em outro momento. Constatei ainda que a maior parte das mães naturais escravas optaram pela escolha de pessoas livres, e apesar de ter havido a escolha de ambos padrinhos escravos ou até mesmo um escravo e um livre, estes não tiveram um número tão significativo. Não há dúvidas que os cativos da Freguesia de N. S. da Graça e principalmente as mães cativas, buscaram estabelecer vínculos com pessoas livres, alguns ainda foram além, ao escolher pessoas com prestígio e/ou condição social como capitães, tenentes, coronéis e os próprios padres.

Bem como outros pesquisadores, Brugger também constatou que os padrinhos geralmente apresentavam status igual ou superior ao dos seus afilhados. Essas relações geradas pelo sacramento do batismo ligavam famílias de condições sociais diferente, como observou ela “o compadrio vinculava não apenas indivíduos, mas famílias”, pois as relações não se concentravam apenas em torno dos padrinhos e afilhados, todavia com todos os integrantes de ambas as famílias. Nesse sentido, não apenas os padrinhos poderiam ser o alvo, mas até os seus parentes, já que comumente as escolhas não era algo aleatório.⁶⁷

Esses vínculos criados com pessoas livres ou com prestígio já representava para muitos negros uma “aliança para cima”, como ressaltou Brugger. Sobre isso ela enfatizou que as escolhas de padrinhos de prestígio ocorreram com maior frequência por parte das mães libertas, no entanto, para a FNSGMC os padrinhos que encontrei com prestígio social foram escolhidos por pais escravos e principalmente por mães escravas.

Acredito que os dados de Morro do Chapéu, da mesma forma que Renato Pinto Venancio constatou para Vila Rica, sugerem que os cativos viam no apadrinhamento de seus filhos ganhos futuros para a família escrava. Uma vez que em momentos de desentendimentos com seus senhores um padrinho ou madrinha livre poderia intervir perante o senhor a favor de seu afilhado ou até mesmo de seus familiares. A possibilidade desses mesmos padrinhos contribuir de forma material existia, inclusive no processo de compra da alforria.⁶⁸

Se por um lado os afilhados e sua família poderiam obter benefícios gerados através do batismo, por outro os padrinhos também tinham a possibilidade de serem favorecidos com a criação de vínculos, ou seja, uma relação de “mão dupla”.⁶⁹ Os protetores por exemplo teriam a probabilidade de apoio em alguma contenda judicial, na qual pais ou parentes de seus

⁶⁷ BRUGGER, 2007. p.332.

⁶⁸ VENANCIO 2003. p. 600

⁶⁹ BRUGGER, op. cit, p.332.

afilhados poderiam testemunhar em seu favor, sem contar em apoio político por parte de seus afilhados livres e dos senhores dos afilhados escravos.

Ambos padrinhos e afilhados buscaram se beneficiar de alguma maneira. No entanto vale observar que “embora o compadrio estabelecesse um vínculo importante entre padrinhos, afilhados e suas famílias, poderia ter graus e intensidades variáveis, para os quais contribuíram os outros tipos de laços e relações cotidianas que os envolviam”.⁷⁰ Dificilmente os afilhados escravos tiveram a mesma aproximação e ganhos que os afilhados livres.

Esses laços construídos pelos escravos com pessoas de status diferentes podem ser caracterizados, segundo Luciano Costa Gomes, “como mecanismos de criação de vínculos espirituais e sociais entre pessoas, muitas destas oriundas de grupos diferentes, de modo a reforçar as redes clientelísticas”.⁷¹ Nessa perspectiva os laços gerados por meio do batismo expandiam para os espaços sociais em geral, portanto o apadrinhamento motivava redes relacionais da porta para dentro e da porta para fora da igreja.⁷²

Constatei de forma um tanto insolada a escolha por padrinho livre e madrinha escrava na FNSGMC. O padrinho livre geralmente considerado uma pessoa protetora que poderia gerar benefícios futuros, e a madrinha representava uma segunda mãe, que desenvolveria cuidados e proteção durante o crescimento do afilhado. Dessa forma o escravinho(a) estaria resguardado dentro e fora da casa senhorial. Além dessa uma outra escolha que não foi constante foi a de madrinha escrava e padrinho livre.

As preferências por um ou ambos compadres escravos, não foi predominância entre pais e mães escravas, e os que optaram por estes, também não selecionaram da sua própria escravaria, não chegando nem a dez o número de padrinhos escravos da mesma escravaria que a dos pais. Entre as mães escravas que aparecem solteiras por exemplo, a escolha por padrinhos livres marido e mulher chegou em torno de trinta, demonstrando a importância para estas cativas o estabelecimento de vínculos com pessoas de grupo diferente do seu.

Os padrinhos cativos não foram escolhidos apenas por escravos, mas as mães livres ou casais livres do mesmo modo optaram por um dos padrinhos de condição cativa. Tais preferências podem estar ligadas a vínculos antigos desenvolvido no cativeiro, uma vez que há a probabilidade desses pais livres terem sido escravos. Além disso, é possível sugerir que te-

⁷⁰ BRUGGER, 2007. p.336.

⁷¹ GOMES, Luciano Costa. **Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772-1800**. Disponível em: <http://www.escravaodaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/lucianogomes.pdf>. p.1.

⁷² GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p.37.

nham conseguido liberdade e permaneceram no local como um agregado do seu antigo senhor.⁷³

Sobre o número geral de cativos escolhidos pelas famílias escravas, foram 54 homens e 41 mulheres, os padrinhos escravos apareceram 13 vezes a mais que as madrinhas. Não houve uma diferença significativa, isso indica que o perfil de seleção para ambos os sexos seguia basicamente os mesmos padrões de escolha.

Gudeman e Schwartz⁷⁴ sugeriram que as madrinhas não eram consideradas tão importantes como os padrinhos, já que constataram em muitos registros a ausência maior delas do que a dos padrinhos. Devo concordar com eles tanto porque também encontrei a ausência mais de madrinhas do que de padrinhos, quanto pelo que observei anteriormente. De todos os batismos transcritos e analisados, apenas 3 não tiveram a presença dos padrinhos, enquanto 16 não informaram o comparecimento da madrinha. No entanto, não se pode generalizar, pois os aspectos podem variar de um lugar para outro, uma vez que a dinâmica do compadrio também estar interligada com fatores específicos de grupos ou lugares.

A dinâmica da seleção de padrinhos foi definida por alguns pesquisadores como um “mercado de compadrio”, no qual estiveram em jogo interesses pessoais nas opções feitas.⁷⁵ Em alguns lugares foram identificadas concentrações de escolhas em determinadas pessoas, como por exemplo nos próprios padres como Brugger constatou em São João del Rei para o período de 1736 a 1850. Essa concentração de padrinhos em determinadas pessoas criava segundo Hameister, uma “elite de padrinhos”, os quais muitas vezes conquistaram tal nível por estarem dentro das normas da igreja e figurarem boa opção aos pais para cumprirem tais normas eclesiásticas.⁷⁶

Os dados referentes aos batismos dos escravos da Freguesia de N. S. da Graça demonstram que não houve concentração de compadrio em determinadas pessoas, já que identifiquei apenas uma ou outra pessoa que batizou no máximo 4 ou 5 vezes. Escolhida 9 vezes Nossa Senhora foi a madrinha que mais batizou escravos, nestes batismos fizeram par com ela 7 livres, 1 escravo e 1 padre, já para os padrinhos não identifiquei nenhum que se sobressaísse. Aproveito para destacar que a escolha por religiosos e madrinhas santas foi algo comum na localidade.

Embora em alguns livros não foi informado o estado matrimonial dos padrinhos, é possível ter uma pequena noção deste aspecto com base nos ressaltados.

⁷³ Sobre agregados ver FERREIRA, 2018.

⁷⁴ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988.

⁷⁵ HAMEISTER, 2012.

⁷⁶ HAMEISTER, 2012.

Tabela 2 - Estado matrimonial dos padrinhos e madrinhas presente nos registros envolvendo escravos, 1838-1888.

	Padrinho	Madrinha
Casado (a)	52	50
Solteiro (a)	17	13
Viúvo (a)	1	2
Não se aplica	2	10
Não informa	272	268
Inelegível	0	1

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

*Usei não se aplica para os indivíduos não informados nos registros, e para madrinhas santas.

Os casados predominaram nas opções de escolha tanto para homens como para mulheres, em segundo lugar estão os solteiros e em último os viúvos que dificilmente foram padrinhos e madrinhas. A concentração em casados, talvez deva se por supostamente pessoas casadas terem uma certa estabilidade financeira e despertar nos pais escravos uma maior confiança, enquanto os solteiros poderiam ser muito jovens com patrimônio e status ainda em construção.

3.3 SENHORES E MEMBROS DA FAMÍLIA SENHORIAL APADRINHANDO OS ESCRAVOS

As discussões em torno de senhores e senhoras apadrinharem seus cativos, geralmente chegam a uma mesma conclusão, a que de fato não era comum a prática do compadrio destinada aos próprios escravos. Os senhores optavam por não desempenhar o papel de padrinhos dos seus, mesmo não havendo algum tipo de impedimento legal, “acreditava-se que o compadrio e a escravidão eram instituições incompatíveis”. Logo, isso faz sentido, pois os senhores geralmente tiveram um posicionamento firme se utilizando muitas vezes de castigos físicos, se fosse padrinhos e madrinhas de seus cativos, tais atitudes não poderiam ser praticadas, uma vez que são contrárias aos princípios do sacramento batismal.⁷⁷

Para Gudeman e Schwartz;

A igreja sem dúvida fez sua própria conciliação com escravidão, mas sugerimos que a não escolha dos senhores é resultado direto de um conflito entre dois idiomas e instituições: a igreja e a escravidão. Cada uma destas implica um tipo diferente de

⁷⁷ VENANCIO, 2003, p. 599.

relações; quando as duas se encontram num singular evento do batismo, só podem haver silêncio e estranhamento.⁷⁸

Assim sendo, a relação desenvolvida pelo sacramento batismal era diferente da que ocorria na escravidão, sendo as funções de senhores e padrinhos incompatíveis por uma única pessoa. Já que “se o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade”.⁷⁹

Mesmo com esta possível incompatibilidade entre escravidão e compadrio, encontrei três senhores que batizaram seus escravos, suponho que os pais ou apenas as mães mantiveram uma significativa aproximação com estes senhores. Dos três padrinhos um não esteve presente no ato batismal, enviando em seu lugar uma outra pessoa, já os outros dois tanto estiveram, como um teve como parceira de apadrinhamento sua esposa, como é possível constatar com a leitura da transcrição a seguir:

Aos vinte de abril de mil oitocentos e sessenta e seis neste Arraial de Cachoeirinha, pertencente a esta freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu o reverendo Justiniano da Rocha Cezar de comunhão minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos a Gregório, cabra, nascido a doze de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria, escrava de Joaquim Goncalves de Almeida. Foram padrinhos Joaquim Goncalves de Almeida e sua mulher Rozalia Maria dos Mercês.⁸⁰

Como dos 253 escravos batizados na Freguesia de N. S da Graça de Morro do Chapéu apenas três foram constatados tendo como padrinho os seus senhores, acredito que os senhores realmente não viam no apadrinhamento de seus escravos uma relação saudável dentro do sistema escravista vigente. Geralmente as pesquisas se aproximam das reflexões de Gudeman e Schwartz⁸¹, pois da mesma forma que eles chegaram à conclusão que dificilmente os senhores apadrinharam no Recôncavo Baiano, outros pesquisadores também destacaram a mesma ideia para outras localidades, como já sugerir acima.

Os parentes dos senhores foram identificados algumas vezes batizando os escravos destes. Tal afirmação é possível pois algumas vezes encontrei sobrenomes dos padrinhos iguais aos dos senhores, demonstrando possível parentesco, no capítulo três por exemplo, apresento uma escrava que seis dos seus oito filhos tiveram padrinhos integrantes da família senhorial. Brugger pesquisando em São João del Rei também identificou por meio da ligação

⁷⁸ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988. p. 41.

⁷⁹ Ibid., p. 42.

⁸⁰ Fonte: livro de batismo 1865-1868, p.16, Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu.

⁸¹ GUDEMAN; SCHWARTZ, op. cit. p. 42.

nominativa que alguns parentes batizaram os escravos de seus parentes, inclusive os próprios filhos dos senhores.⁸²

3.4 OS BATIZADOS E BATIZADAS EM MORRO DO CHAPÉU ENTRE 1838 E 1888

Na tabela a seguir é possível observar qual condição jurídica prevaleceu entre os batizados, nos registros que tiveram escravos envolvidos nos sacramentos realizados em Morro do Chapéu.

Tabela 3- Condição jurídica dos batizados e batizadas/Freguesia Nossa Senhora da Graça, 1838-1888.

Condição	Frequência	%
Livre	34	9,9
Escravo	253	73,5
Liberto	10	2,9
Ingênuo	47	13,7
Total	344	100

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

Das 344 crianças batizadas, 173 foram homens e 150 mulheres, havendo uma certa equidade quanto ao sexo dos nascidos escravos. De todos os batizados o número de escravos que recebeu o sacramento foi de 253, a maioria destes não tinham nem seis meses de idade no momento do rito. Para outros não foi possível ter uma noção, uma vez que não informaram o ano de nascimento, acredito, no entanto, que tenha sido o mesmo ano do batismo, talvez por isso não informavam.

Não encontrei adultos sendo batizados na FNSGMC, isso indica que o perfil populacional desta freguesia no século XIX era de pessoas majoritariamente nascidas no Brasil. Suponho que já não havia a entrada frequente de escravos vindo pelo tráfico atlântico pois próximo a meados do período oitocentista as proibições já se faziam presente, dificultando tais ações. Acredito na verdade, que mesmo havendo o tráfico interprovincial, havia uma predominância

⁸² BRUGGER, 2004.

de reprodução endógena nas escravarias local, que possibilitava a ampliação das escravarias principalmente por meio da família cativa.

Alguns filhos de escravos conseguiam a sua liberdade na pia batismal, podendo ser esta ganhada ou comprada. Dentre os 10 escravos que obtiveram sua liberdade no momento do batismo apenas em um foi possível constatar o meio utilizado, na narrativa: “batizou solenemente a Laura com idade de dois meses, liberta por conta apresentada na ocasião do batismo”⁸³. Laura era filha natural de uma escrava do importante Coronel Quintino Soares da Rocha, teve sua alforria comprada por quantia de origem desconhecida, acredito que os padrinhos possam ter contribuído ou dado de forma integral, já que ambos eram livres.

Foram 47 os filhos dos escravos que foram libertos ao nascer como garantia a Lei do Ventre Livre de setembro de 1871. Alguns registros até ressaltaram que estes estavam livres pela Lei do Ventre Livre. É válido lembrar que embora tal lei garantisse a liberdade de forma legal, na prática a realidade das crianças não era tão simples como pode parecer, como bem sinalizou Kátia Mattoso,

A liberdade concedida aos nascituros fazia-se acompanhar de cláusulas restritivas terríveis, pois a lei estipula que o menor permanece sob a autoridade do senhor e de sua mãe, que deve juntos, educa-lo até a idade de 8 anos. Quando atinge esta idade, o senhor, proprietário da mãe escrava, tem duas opções: receber do Estado uma indenização 600 000 réis ou exercer o direito de utilizar o serviço do menor até que complete 21 anos. [...] quase sempre, prefere ficar com o menor. É uma nova forma de escravidão, pois a lei não determina o número de horas de trabalho, o regime sanitário ou a alimentação a serem dados aos jovens “escravo livre”, que fica inteiramente à mercê do senhor.⁸⁴

Dos 344 batizados, duas pessoas eram gêmeas, foram elas Ciprianna e Caetana, filha natural de Claudina escrava de Quintino da Soares da Rocha. Ambas as batizadas tiveram seus respectivos padrinhos livres, e seu batismo informado em apenas um registro. Como não houve uma referência indicando que são gêmeas, a constatação foi feita por estarem em um único registro, ter a mesma mãe e apresentar apenas uma data de nascimento para ambas.

Alguns batismos ocorreram em datas comemorativas para a igreja, os chamados Dias Santos. Conforme Joceneide Santos que também encontrou em Sergipe batismos em Dias Santos, esses momentos de folga dos escravos erram dias nos quais os senhores também poderiam participar, já que geralmente acompanhavam os festejos que ocorriam na sede da freguesia.⁸⁵ As datas nas quais mais foram realizados os batismos escravos em Morro do Chapéu

⁸³ Livro de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838 a 1860. f.131v.

⁸⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p.176-177.

⁸⁵ SANTOS, 2014.

foram: primeiro de novembro dia de Todos-os-Santos, 24 de junho e primeiro de janeiro, respectivamente São João e Solenidade de Santa Maria. E ainda em outros como 25 de dezembro dia de Natal, e 15 de agosto, Assunção de Maria.

Dos 344 registros analisados, 269 batizados aparecem como filho naturais, tendo, portanto, apenas suas mães informadas, quando comparado a quantidade de legítimos praticamente triplicou, já que foi apenas 73 batizados que tiveram seus pais informados nos registros de batismo. Segundo Freire “a ilegitimidade foi um fato comum na vida brasileira, tanto entre as pessoas de ascendência africana quanto as de origem europeia. Entretanto, as populações com ilegitimidade elevada não viviam desprovidas de laços familiares”.⁸⁶ Acredito que muitas destas mães não havia contraído matrimônio como exigia a doutrina da Igreja Católica, logo não tinham os nomes dos companheiros ressaltados nos registros.

O senhor que mais teve escravo batizado no intervalo de 1838 a 1888 foi Quintino Soares da Rocha, com um pouco mais de quatro dezenas de cativos. Outros três senhores ficaram na média de dez escravos, foram eles José Carlos da Motta, Major Manoel Barbosa de Souza e Manoel Joaquim da Silva Miranda. Levando se em conta essas informações sobre quais senhores mais tiveram cativos batizados, é possível dizer que na localidade não havia muitas escravarias com significativa reprodução endógena que se aproximasse ao nível daquela do Coronel Quintino.

3.5 A COR: UMA IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

Dentro da sociedade escravista a cor da pele era uma relevante característica, capaz de apontar a condição social dos indivíduos. Lara explica essa problemática da seguinte forma:

A cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta à escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social.⁸⁷

Embora seja possível fazer suposições, não é aceitável afirmar que tal designação, levando se em conta apenas a tonalidade de cor pudesse definir a condição social de alguém. Várias pessoas por terem tons de pele mais escuros, poderia facilmente ser confundidas como

⁸⁶ FREIRE, 2012, p.23.

⁸⁷ LARA, Silvia Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América Portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima. (org.). **Escravidão e Liberdade:** temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 72.

cativas, os próprios forros foram tomados como escravos, mesmo afirmando sua liberdade. Nesse sentido, Guedes defende que o uso da qualidade de cor demonstrava “marcas sociais”, para ele,

A quase ausência de seu uso denota que uma sociedade assentada na escravidão não cuidava muito em assinalar diferença de cor nos séculos XVII e XVIII, em seus livros de batismo mistos e de livres, que registravam hierarquias cotidianas; prescindia-se delas.⁸⁸

Já para o século XIX em Morro do Chapéu, apenas os familiares e padrinhos não receberam a classificação de cor, entretanto, mais da metade dos batizados tiveram sua cor informada. Segue abaixo as informações de cor coletadas nos registros de escravos.

Tabela 4- Classificação por cor dos filhos de escravos batizados em Morro do Chapéu, 1838-1888.

Cor	Crioulo	Cabra	Mulato	Pardo	Mestiço	Ilegível	Não informa
Frequência	60	77	8	64	1	1	133

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

Entre os 344 batizados na Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, a designação de cor que mais predominou foi a de crioulo, cabra e pardo. Os cabras estiveram em maior número, aparecendo 77 vezes, já os pardos e crioulos quase empataram, respectivamente aparecendo 64 e 60 vezes. Levando-se em conta estes dados sobre a cor, é notável que houve uma certa equidade entre crioulos, pardos e cabras.

O batismo foi utilizado pelos escravos como instrumento de ligações com pessoas das diferentes condições. As escolhas feitas pelos pais dos cativos batizados não foram fáceis, uma vez que estas eram norteadas como vimos, por inúmeros aspectos que não somente os estipulados pela religiosidade, mas também os outros que estavam interligados aos espaços de relações sociais suas e de seus senhores.

⁸⁸ GUEDES, 2014, p.165.

CAPÍTULO III

AS FAMÍLIAS ESCRAVAS NOS LIVROS DE BATISMO

4. AS FAMÍLIAS ESCRAVAS NOS LIVROS DE BATISMO

Os livros de batismo sem dúvidas são importantes fontes de pesquisa, já que por meio destes é possível perceber alguns aspectos da agência cativa. E ao mesmo tempo as relações paternalistas, visto como alguns senhores não se importavam que seus cativos constituíssem famílias, permitindo a presença destas dentro de algumas escravarias. Essas famílias poderiam se beneficiar tendo talvez uma casa e até mesmo espaço para produzir seus alimentos, em contrapartida poderiam ser fieis aos seus senhores e uteis em determinadas situações envolvendo outros escravos.

A família escrava estava presente nas escravarias, mesmo muitas das vezes não configurando uma união legal, uma vez que muitos escravos não contraíram matrimônio como exigia a Igreja. As Constituições Primárias são bem claras sobre como os senhores devem proceder a respeito do matrimônio de seus escravos:

Pelo que lhe mandamos, e encarregamos muito, que não ponham impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaças, e não tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados os vendam para partes remotas de fora, para onde suas mulheres por serem escravas, ou terem outro impedimento legítimo, os não possam seguir. E declaramos, que posto que casem, ficam escravos como de antes eram, e obrigados a todo o serviço de seu senhor.⁸⁹

O casamento de escravos entre escravos ou de escravos com livres era algo permitido, e exigido pelas Constituições, sendo que os senhores não deveriam impedir seus escravos de contraírem tal sacramento. Se por um lado a união legal era algo vantajoso para os cativos, porque estes não deveriam ser vendidos e separados, por outro, não era para os senhores, pois estariam impedidos de vender seus escravos de forma individual.

Dentro de uma sociedade escravista, é certo que nem todos senhores cumpriam tais exigências religiosas. Na Freguesia de N. S. da Graça, por exemplo dos 344 registros escravos analisados, 269 são de mães solteiras e somente 70 de casais. Tais dados sinalizam que uma minoria dos cativos contraiu matrimônio como ordenava a Igreja.

Os livros de batismos também são documentos de grande ajuda no estudo de trajetórias de famílias escravas. Mesmo não sendo autossuficiente, visto como há a necessidade do cruzamento com outras fontes como os livros de casamento, inventários,

⁸⁹ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853). Título LXXI. Do matrimônio dos escravos. p.125. A grafia foi atualizada, conservei as letras maiúsculas e minúsculas e não modifiquei a sequência textual.

testamentos e óbito, os registros de batismos possibilitam a identificação de gerações. Para Morro do Chapéu, identifiquei famílias com até três gerações dentro do período pesquisado. Este foi o caso da escrava Claudina, pertencente ao já citado Coronel Quintino Soares da Rocha, que aparece nos registros batizando os filhos e posteriormente seus filhos reaparecem também batizando os seus.

Para as reflexões feitas sobre as três famílias escravas a seguir, utilizei o método da ligação nominativa que do mesmo modo foi suporte no decorrer de toda a pesquisa. Essa não foi uma tarefa fácil, pois muitas das vezes os nomes variaram de um registro para outro, restando assim averiguar por exemplo o senhor ou conjugue quando houvesse, para chegar à conclusão que se tratava da mesma pessoa. Por meio de tal análise foi possível perceber qual o padrão de padrinhos os escravos escolheram para seus filhos.

Embora apresente uma discussão apenas das famílias de Damazia, Domingas e do casal Manoel Domingues e Constância Souza Lemos, ressalto que as outras não fugiam muito do padrão de apadrinhamento predominante para estas. Nas discussões e quadros apresento não apenas os filhos cativos, mas toda a família da mãe ou casal na situação de escravo e pós liberdade.

4.1 COMPADRIO DOS FILHOS DO MANOEL DOMINGUES E CONSTÂNCIA DE SOUZA LEMOS

Os escravos Manoel Domingues e Constância de Souza Lemos adquiriram matrimônio em 1839, ele filho natural de Francisca das Chagas, e ela também natural de Antônia de Lemos, como testemunhas da união deles, estiveram Antonio Joaquim Lobo e Vicente José Pereira. Esta família escrava ao longo de sua trajetória pertenceu a dois senhores da mesma família, pois ambos inicialmente eram escravos de Manoel Joaquim da Silva Miranda, e depois passaram a ser escravos do Coronel Quintino Soares da Rocha, por meio de herança adquirida por sua esposa Umbelina Adelaide Miranda.

Fazendo uma junção dos dados coletados nos registros de batismos referente ao período de 1838 e 1888 com as informações coletadas por Ferreira, acredito que Manoel Domingues e Constância Lemos tiveram um total de treze filhos.⁹⁰ Sendo que destes conseguir identificar o registro de batismo de onze, e por meio destes fiz uma reflexão sobre o perfil de apadrinhamento dos filhos do casal. Neste grupo familiar é possível perceber a

⁹⁰ FERREIRA, 2018.

família escrava atuando não só por meio do compadrio, mas inclusive pela aquisição da liberdade da mãe.

Quadro 1- Compadrio dos filhos do casal escravo Manoel Domingues e Constância de Souza Lemos.

Ano do batismo	Nome do batizado	Padrinhos
1840	Norberto/Ludugero	Manoel de Miranda e Francisca Telles
1842	Úrsula	José Rodrigues Cedro e Elena Maria de Jesus
1844	Clemente	Simão Coelho e Andreza Maria
1846	Francisca	João Francisco Ferreira e Porcina Maria
1848	Salviano	José Eduardo Ribeiro e Maria Josefa de Souza
1849	João	Antonio de Souza Santos e Bermina de Souza
1850	Maria	Friandes Olegário Pinto e Ludovina Rosa Pinto
1852	Antônia	Lucio Pereira de Souza e Ermelina Duque de Faria
1856	José	Antonio Joaquim Marinho e Maria Lina Ferreira
1858	Maria	Francisco e Margarida
1868	Benedita	Reverendo Padre Justiniano da Rocha Cesar
_____	Francelina	_____
_____	Marcelina	_____

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

Um ano depois de terem contraído o sacramento do matrimônio, Manoel Domingues e Constância Lemos retornaram na igreja para o batismo de Norberto, seu primeiro filho. Em agosto de 1840 Norberto recebeu o sacramento do batismo e tornou-se afilhado de Manoel de Miranda e Francisca Telles. Acredito na possibilidade de o padrinho poder ter sido algum parente do senhor, pois além de ambos sobrenomes terem Miranda, há indícios de Manoel Joaquim ter batizado um filho do tal Manoel Miranda. Se minhas suposições estiverem corretas, este casal optou por padrinho pertencente à família senhorial e livres, para seu primogênito.

Em 1842 o casal teve o seu segundo filho, desta vez uma menina chamada Úrsula, que recebeu como padrinhos José Rodrigues Cedro e Elena Maria de Jesus, ambos marido e mulher. Este casal de padrinhos aparece nos registros em torno de quase dez vezes apadrinhando outras crianças, e em 1840 dois anos antes, tiveram um filho batizado por Quintino Soares da Rocha, genro do senhor de seus futuros compadres em 1842.

Clemente, o terceiro filho de Domingues e Constância, foi batizado em 1844 por Simão Coelho e Andreza Maria, ambos padrinhos livres, já que o registro não faz menção ao cativo. Simão Coelho também teve Quintino Soares da Rocha como compadre, demonstrando mais uma vez a possível ligação entre os padrinhos dos escravos com o senhor ou com seus familiares.

Em 1846, Francisca, outra filha do casal escravo, foi batizada por pessoas livres, sendo o padrinho João Francisco Ferreira e a madrinha Porcina Maria. Dois anos após ter nascido Francisca, veio ao mundo Salviano que foi o último filho a ter nascido ainda quando a família pertencia a Manoel Joaquim da Silva Miranda. Os padrinhos de Salviano foram o casal José Eduardo Ribeiro e Maria Josefa de Souza, esta última talvez alguma parente do futuro Senhor dos cativos.

Após terem passado para o Coronel Quintino Soares da Rocha como parte de herança recebida por Umbelina, filha dos antigos senhores, o casal Domingues e Constância continuaram gerando escravos para seus senhores. O primeiro na nova escravaria foi João, que nasceu em 16 de junho de 1849, apadrinhado por Antônio de Souza Santos e Bermina de Souza, ambos com possibilidade de parentesco com o Coronel Quintino.

Maria foi a segunda filha a nascer na então Casa dos Soares da Rocha, batizada em setembro de 1850 teve como seus padrinhos pessoas que batizaram com assiduidade na Freguesia. Ludovina Rosa Pinto, a madrinha, apareceu em mais de dez registros, em um destes batismos dividiu o apadrinhamento com o antigo senhor da família escrava. Já o padrinho Friandes Olegario Pinto, não era qualquer pessoa, pois subiu ao altar para ser padrinho em torno de trinta vezes, e no seu casamento teve o Coronel Quintino como uma de suas testemunhas. Friandes e Ludovina eram irmãos e primos de Umbelina, inclusive ele “era um dos homens de confiança do coronel”⁹¹.

Outros padrinhos que demonstraram aproximação com a família senhorial do casal escravo foi Lucio Pereira de Souza e Ermelina Duque de Faria, padrinhos de Antônia, nascida em 15 de julho de 1852. Os indícios me levam a afirmar que Domingues e Constância já mantinha um contato com o casal desde seus antigos senhores, pois Manoel Joaquim Batizou um filho de Lucio e Ermelina, e foi uma das testemunhas do casamento do mesmo casal. De tal modo, os cativos buscaram por meio dos laços criados no sacramento batismal, fortalecer as relações que outrora já existia entre ambas famílias.

⁹¹ FERREIRA, 2018.

José batizado em 1856 nasceu livre, pois sua mãe já não era mais uma cativa como indica o registro de batismo do mesmo, embora seu pai continuasse escravo. A liberdade de Constância pode ter ocorrido provavelmente por concessão da alforria por bons serviços prestados à família senhorial, como pela compra com dinheiro oriundo de pecúlio junto pelo casal, como estratégia para seus filhos nascerem livres. Os padrinhos de José foram Antonio Joaquim Marinho e Maria Lina Ferreira, compadres duplos do Coronel Quintino Soares da Rocha, pois Quintino além de ser uma das testemunhas do casamento de ambos em 1849, ainda batizou com sua mulher um dos filhos do casal em 1851.

O compadrio de Maria nascida em 25 de outubro de 1858, quebrou o perfil de apadrinhamento que o casal manteve nos batismos dos filhos anteriores. Diferente dos seus irmãos, ela teve como padrinhos dois escravos, sendo a madrinha Margarida e o padrinho Francisco, ambos escravos do mesmo senhor da Família, o então Coronel Quintino Soares da Rocha. Tal opção é um tanto curiosa, pois somente na décima filha optaram por padrinhos cativos e da própria escravaria, num momento inclusive em que a matriarca já se encontrava em liberdade. Se inicialmente buscaram laços para fora com pessoas livres, neste quiseram fortalecer vínculos com os seus companheiros de cativeiro.

Por último foi encontrado o registro do batismo de Benedita, que nasceu em 12/12/1867. É possível constatar que tal sacramento do mesmo modo do anterior, foge aos padrões dos escolhidos para seus irmãos, pois o seu padrinho foi o Reverendo Padre Justiniano da Rocha Cesar. O reverendo era uma pessoa bem vista dentro da sociedade de Morro do Chapéu, uma vez que sua presença como padrinho ocorreu em trinta batismos. Ainda neste registro um outro aspecto relevante, é que o casal não foi sinalizado como cativo, indicando a possibilidade de que Domingues até já tinha conseguido a sua liberdade.

O período de 1858 a 1867 não houve registros de batismos de filhos do casal. Há a probabilidade que mais uma filha deles tenha nascido neste período, já que outros documentos encontrados por Ferreira dão conta de Francelina e Marcelina de Souza Lemos como filhas do casal.⁹² No entanto, descarto esta hipótese para Marcelina, pois seu registro de casamento é de início do ano 1873. Suponho, entretanto, que Francelina tenha vindo ao mundo justamente neste intervalo de tempo, em que coincidentemente também há uma lacuna de livros que equivale de 1860 quando termina um livro, a 1865 quando começa outro, não tendo dessa forma como ter acesso ao assento de seu batismo.

⁹² FERREIRA, 2018.

Mas não posso descartar a possibilidade de ter ocorrido um descuido do padre, em não ter registrado o batismo de Francelina e Marcelina. Muitos registros não eram escritos no momento do batismo, além de alguns serem realizados em capelas por outros padres que não o pároco, por isso poderia levar um certo tempo para que os registros fossem transcritos para o livro.

O casal Manoel Domingues e Constância de Souza Lemos buscou alianças principalmente com pessoas livres, e várias destas inclusive com aproximação da família senhorial. Ao mesmo tempo escolheram casais para quatro de seus filhos, buscaram fortalecer alianças com cativos de sua escravaria e optaram por um religioso para um de seus filhos. Não encontrei o casal escravo apadrinhando ninguém, talvez os seus colegas de igual condição jurídica tivessem o mesmo padrão de escolha, a de padrinhos com status superior ao seu e na maioria pessoas livres.

4.2 COMPADRIO DOS FILHOS DA ESCRAVA DOMINGAS

Domingas escrava de Manoel Francisco Alves Barreto teve oito filhos naturais. Passemos a conhecer o perfil de padrinhos que esta escrava escolheu para seus filhos, acredito que provavelmente ela manteve um relacionamento estável dentro de sua escravaria, visto como há uma periodicidade no nascer dos filhos. Tal ausência do nome do pai se justificaria por não serem casados na igreja, o que não os impedia de constituir família.

Quadro 2- Compadrio dos filhos de Domingas, escrava de Manoel Francisco Alves Barreto.

Ano do batismo	Nome do batizado	Padrinhos
1841	Francelina	Lucio Pereira de Souza Senhorinha Rosa de Jesus
1845	Antônio	Lucio de Souza Pereira Hermelina Duque de Faria
1848	Casimira	Eduardo Pereira de Souza Maria Rosa de Jesus
1850	José	Hemetério José de Araujo Patricio Belmira Barbosa dos Santos
1851	Simpliciano	Cassiano Rufino de Souza Perolina Rosa do Amor Divino
1853	Justino	Friandes de Figueiredo

		Honório de Souza
1857	Mauricio	Lucio de Souza Pereira Hermelina Duque de Faria
1859	Maria	Thomaz Maria

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

A primeira filha de Domingas foi Francelina nascida em abril de 1841, ela teve como padrinho Lucio Pereira de Souza e como madrinha Senhorinha Rosa de Jesus. Já o segundo filho nasceu em 1845 e teve como padrinhos um casal que tinha uma certa aproximação com o senhor de sua mãe. Os padrinhos de Antônio foram Lucio Souza Pereira e Hermelina Duque de Faria, casal que além de ter tido outros afilhados local, até teve Manoel Francisco Alves Barreto, senhor do casal escravo como uma das testemunhas de seu casamento um ano antes deste batismo, o casal de padrinhos também tiveram um filho afilhado do mesmo.

Domingas continuou escolhendo pessoas livres, e do mesmo modo um casal para seu terceiro filho, na verdade uma menina chamada Casimira batizada em 1848. Maria Rosa de Jesus e Eduardo Pereira de Souza foram os padrinhos, este casal mais uma vez igualmente se destaca por ser compadre de Manoel F. A. Barreto, e de ter sido escolhido por outras pessoas com frequência para apadrinhar.

José, o quarto filho de Domingas, nasceu em 3 de agosto de 1850, seus padrinhos foram o casal Hemetério José de Araújo Patrício e Belmira Barbosa dos Santos. Este foi mais um casal que teve como compadre o senhor dos seus compadres cativos, além terem o tal senhor como uma das testemunhas de seu matrimônio, o teve inclusive como padrinho de uma filha. Essa frequente escolha por compadre próximos da família senhorial, talvez indique uma real opção da escrava ou até mesmo uma certa influência senhorial. Um ano depois de José, nasceu Simpliciano, seus padrinhos foram Cassiano Rufino de Souza e Perolina Rosa do Amor Divino, destes não encontrei informações.

Para o padrinho de outro filho encontrei vestígios de um deles ter sido um tenente, o senhor Friandes de Figueiredo, que foi escolhido como padrinho por mais de dez vezes por outros pais. Além de Friandes, Justino o sexto filho de Domingas, teve mais outro homem como padrinho, Honório de Souza. Ter dois padrinhos aconteceu com constância na Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, desconheço o motivo da opção, mas suponho que tenha sido por estratégia dos pais para com seus filhos e sua família.

Para o sétimo filho Mauricio nascido em 1857, Domingas optou novamente pelo Casal Lucio Pereira de Souza e Ermelina Duque de Faria, que já eram seus compadres por ter batizado seu outro filho Antônio. Como já dito este casal era próximo da família senhorial e conseqüentemente da família escrava de Domingas. Maria foi a última que conseguir identificar, nascida em 03/11/1859. Diferente de seus sete irmãos, recebeu como padrinhos dois escravos, sendo eles Tomaz e Maria, não foi especificado o senhor de ambos, portanto não posso dizer que eram da mesma escravaria, coisa que não descarto.

A escrava Domingas ao escolher seus compadres e comadres, optou majoritariamente por pessoas livres. Não tenho dúvidas que a escrava Domingas buscou padrinhos livres para seus filhos, como forma estratégica de sobrevivência, visualizando possíveis benefícios, e que a escolha de escravos para sua última filha tenha sido por querer reforçar uma aliança talvez dentro da mesma escravaria.

Alguns dos padrinhos selecionados por ela tinham ligação familiar com Manoel Francisco Alves Barreto, por isso que o tiveram como padrinho tanto em casamento como em batismo de seus filhos. Os padrinhos Eduardo Pereira de Souza, Friandes de Figueiredo, Honório de Souza e Lucio Pereira de Sousa que é o mesmo Lucio Souza Pereira eram todos cunhados do senhor, irmãos da sua mulher Messias Alvara de Souza.⁹³ Trago em consideração a possibilidade de Domingas ter sido uma das escravas que trabalhavam dentro da casa senhorial e, portanto, ter maior contato com brancos parentes de seu senhor.

4.3 COMPADRIO DOS FILHOS DE DAMAZIA, ESCRAVA DO CORONEL QUINTINO SOARES DA ROCHA

Damazia filha de Claudina e de Luís escrava do Coronel Quintino Soares da Rocha, nasceu em 26 de dezembro de 1841. Ela “teve nove filhos, sendo cinco escravos, um ingênuo e três livres, pois nasceram depois de 20 de abril de 1875, quando ela já era liberta”. O pai dos filhos legítimos de Damazia foi Clemente, filho do casal escravo Constância e Manoel Domingues já citado anteriormente, todos do mesmo Coronel Quintino.⁹⁴

⁹³PEREIRA, Honório de Souza. **Descrição Familiar de Honório de Souza Pereira**. Morro do Chapéu, BA: Typographia do Correio do Sertão, 1920, p.48.

⁹⁴ FERREIRA, 2018. p.370.

Quadro 3- Apadrinhamento dos filhos naturais de Damazia.

Ano do batismo	Nome do batizado	Padrinhos
1858	José	Antonio Joaquim Marinho Maria Lina Ferreira
1866	Genoveva	Pedro Celestino Barbosa Josefina Maria Barbosa
1867	Alexandrino	Manoel Souza Cerrado Maria Constança de Lima
1869	Desiderio	Manoel Lidio da Rocha Guilhermina Gomes de Araujo
_____	Cirilo	_____
_____	Juvêncio	_____

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

Quadro 4- Apadrinhamento dos filhos legítimos de Damazia.

Ano do batismo	Nome do batizado	Padrinhos
1879	Maria	Graciliano dos Reis Santos Anna Alves de Matos
_____	Damazia	_____
_____	Maria	_____

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

O primogênito foi José, nascido em outubro de 1858, que teve como padrinhos Antônio Joaquim Marinho e Maria Lina Ferreira. Esse casal de padrinhos já foi citado anteriormente quando apresentei o apadrinhamento da família escrava de Constância e Manoel Domingues, eles tinham aproximação com os Soares da Rocha. Em 1849 Quintino já havia sido uma de suas testemunhas de casamento. Por acreditar assim como Ferreira, que Clemente também era o pai dos filhos naturais de Damazia, é que suponho que os laços dos padrinhos com a família escrava vinham desde os pais de Clemente, pois este mesmo casal já havia batizado um dos irmãos de Clemente.⁹⁵

A segunda filha da escrava Damazia foi Genoveva batizada em 1866 pelo casal Pedro Celestino Barbosa e Josefina Maria Barbosa, ambos livres. Logo um ano depois veio ao mundo o filho Alexandrino, que recebeu como padrinhos Manoel Souza Cerrado e Maria

⁹⁵ FERREIRA, 2018.

Constança Lima, sem maiores informações destaco apenas que são livres, reforçando a preferência da escrava por compadres e comadres livres.

Desiderio nascido em nove de outubro de 1869, batizado por Guilhermina Gomes de Araújo e Manoel Lídio da Rocha, foi o quarto filho de Damazia. A escrava escolheu como protetor para seu filho o próprio irmão Manoel Lídio, que diferente dela cresceu livre ao receber a alforria condicional, além disso era alguém de confiança da casa senhorial, e como Ferreira defende era um predileto dos Soares da Rocha.⁹⁶ Assim a escolha por tal padrinho perpassava principalmente pela influência que seu tio teria dentro do espaço ao qual a família escrava estava inserida, gerando uma proteção maior por parte do tio-padrinho.

Dez anos depois de Desiderio foi registrado o de batismo de Maria, nascida em 13 de janeiro de 1879, apadrinhada pelo casal Graciliano dos Reis Santos e Anna Alves de Matos. Ao contrário dos outros filhos de Damazia, Maria teve o nome de seu pai anotado no registro batismal, sendo ele Clemente. Neste documento a mãe foi referenciada como livre, e contendo companheiro, apesar do pai só ser citado neste como já sinalizado, acredito que ele era integrante da família escrava desde o primeiro filho de Damazia. Inclusive trabalharam juntos para a compra da alforria da mãe, como estratégia para que os filhos nascessem livres, uma vez que “o procedimento de conseguir, primeiro, a alforria da mulher era amplamente utilizada pelos casais de escravos em todo o Império”⁹⁷.

Ferreira com uma maior amplitude de pesquisa e acesso a outros documentos, constatou que não apenas estes cinco eram filhos de Damazia, mas outras quatro pessoas que por não encontrar os registros de batismo não pude saber quem os apadrinhou. São elas, Cirilo, Juvencio nascido em 1874, Damasia em 1883 e Maria em 1886. Após o falecimento da matriarca, Clemente contraio outro matrimonio em 1888, com uma mulher também viúva e antiga companheira de cativeiro, ambos já se encontravam livres.⁹⁸

Para essa família escrava diferente das outras duas, não encontrei muitos indícios que tenham escolhido com frequência padrinhos que fossem parentes ou pessoas muito próximas da família senhorial, apenas um casal de padrinhos demonstra ligação com o senhor. A preferência por casais é mais uma característica perceptível nestes batismos, entretanto, eles não escolheram nenhum escravo como compadre ou comadre.

⁹⁶ FERREIRA, 2018.

⁹⁷ Ibid., p.370.

⁹⁸ Ibid., p..371.

4.5 O PERFIL DOS COMPADRES DA ESCRAVARIA DE QUINTINO SOARES DA ROCHA

Quintino Soares da Rocha, importante coronel de Morro do Chapéu no século XIX, era dono de uma grande escravaria local. Nos livros de batismo correspondente ao período de 1838 a 1888 ele apareceu 43 vezes como senhor de pais e mães escravas. Das suas dezessete famílias escravas identificadas por Ferreira, dez tiveram uma média de cinco filhos. Mesmo levando se em conta uma certa mortalidade, é possível afirmar que uma boa parte de seus escravos eram gerados dentro da própria escravaria.⁹⁹

Ao deixar seus escravos batizar os filhos, Quintino estava cumprindo com sua responsabilidade senhorial, pois como lembra Schwartz “considerava-se responsabilidade de todos os senhores o batismo dos escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas”. Ressalta que “a principal legislação do império Português, as *Ordenações filipinas* (1603), exigiam que todos os senhores batizassem seus escravos africanos com mais de dez anos de idade no máximo em seis meses (...)”.¹⁰⁰

Tabela 5- Distribuição dos batismos de escravos pertencentes ao Coronel Quintino Soares da Rocha por condição social dos padrinhos.

	Livre	Escravo	Forro
	(a)		
Padrinho	37	4	0
Madrinha	36	3	0
Total	73	7	0

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, 1838-1888.

Os escravos do Coronel Quintino, em sua maior parte, optaram por padrinhos e madrinhas em condição superior à sua. Dos 43 batizados, 37 padrinhos e 36 madrinhas foram livres, enquanto os de condição cativa foram apenas três madrinhas e quatro padrinhos. Como percebe-se, a diferença entre o número de escolhas por padrinhos e madrinhas, tanto para livres como para escravos teve apenas a diferença de uma pessoa, o sexo masculino foi predominância em ambos os grupos.

⁹⁹ Sobre o Coronel Quintino e sua escravaria ver FERREIRA, 2018.

¹⁰⁰ SCHWARTZ. 2001. p.268.

Não localizei batismos nos quais o apadrinhamento tenha ocorrido por forros. Essa realidade não está muito diferente do total geral, pois estudando os registros nos quais há presença escrava, encontrei apenas um padrinho e cinco madrinhas na condição de libertos. Então é aceitável dizer que esta era uma predominância de toda a freguesia e não apenas da escravaria do Coronel Quintino.

Desses 43 batismos dos escravos de Quintino, dois não informou o nome do padrinho e em um da madrinha, inclusive neste último o padrinho foi escravo. Apenas em dois registros encontrei um dos parceiros cativo: padrinho livre e madrinha escrava, e padrinho escravo e madrinha livre. Em dois foram identificados ambos padrinhos escravos, também não foi possível saber quais seus senhores, pois não informou. Dos sete padrinhos cativos, no entanto, somente dois são especificados como sendo da escravaria do Coronel.

Levando se em conta que dos 43 batizados 35 eram filhos de mães naturais e 8 legítimos, é possível então afirmar que as escravas solteiras estabeleceram parentesco espiritual com pessoas livres. Porém é válido ressaltar que nem todas que aparecem como solteiras, vivessem sem companheiros, já que geraram filhos periodicamente. Tais indícios expressam que provavelmente havia uma falta de interesse do senhor Quintino em que seus escravos contraissem o matrimônio, embora não os impedissem de construir famílias.

4.6 AS ALIANÇAS “PARA CIMA” GERADAS POR INTERMÉDIO DO BATISMO

Os escravos da FNSGMC escolheram para seus filhos na maioria das vezes padrinhos livres. Isso demonstra que estavam empenhados em construir alianças e laços de parentesco espiritual com pessoas de status bem mais elevado que o seu, uma vez que essas escolhas poderiam futuramente beneficiar não só os afilhados, entretanto toda a família escrava. A construção destas “alianças para cima” está interligada com as estratégias utilizadas pelos cativos, para sobreviverem de maneira mais confortável dentro do sistema ao qual estavam submetidos. Como afirma Brugger,

A opção preferencial por padrinhos livres indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças “para cima”. Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados.¹⁰¹

¹⁰¹ BRUGGER. 2004. p.6.

É importante ainda, não perder de vista que os senhores não estavam distantes das relações de apadrinhamento criadas por seus escravos, visto como os compadres que os seus escravos escolheram, na maioria apresentavam alguma ligação senhorial. Compadrio gerava uma rede de sociabilidade na qual integrava escravos, padrinhos, senhores e familiares de todos, podendo ou não gerar benefícios para os três grupos envolvidos.

As relações de apadrinhamento como é possível perceber não estavam concentradas apenas entre a família escrava e as pessoas que apadrinhavam, mas os senhores estavam envolvidos e talvez até influenciando nessas ligações. Esses vínculos também seria uma forma de cada vez mais fortalecer o círculo de amizade senhorial ou até mesmo de parentesco, já que alguns padrinhos e madrinhas eram seus parentes. Ou ainda posso dizer que tal envolvimento senhorial com os compadres de seus escravos que muitas vezes foram integrantes da família, amigos ou seus agregados, esteve interligado ao paternalismo desenvolvido pelos senhores de Morro do Chapéu.

Nesse sentido devo concordar com Cacilda Machado, quando de forma acertada afirmar que “é preciso admitir ao menos algum grau de controle dos senhores sobre a socialização de seus cativos, conforme se evidencia nas recorrentes ligações de compadrio dos escravos de São José com membros da parentela senhorial.¹⁰² Os indícios de tais interferências nas escolhas dos padrinhos dos filhos das três famílias escravas e nos apadrinhamentos dos escravinhos do Coronel Quintino, são enormes. É possível afirmar isso levando se em conta a predominância por pessoas livres, parentes ou com certo grau de amizade senhorial.

Acredito que a troca de apadrinhamento entre os compadres dos escravos e os senhores foi algo repetido em Morro do Chapéu, mesmo tendo como base uma pequena amostra de famílias escravas. Os senhores batizaram os filhos de alguns dos compadres de seus escravos, e ainda foram testemunhas de casamento de alguns destes, as vezes dos mesmos casais foram padrinhos dos seus filhos e testemunhas do matrimônio.

Os escravos desta freguesia buscaram desenvolver “alianças para cima” por meio dos batismos, ao optarem principalmente por padrinhos com status superior ao seu. Entre os deferentes padrinhos livres, não faltou coronéis, capitães e padres, como foi a opção do casal Manoel Domingues e Constância de Souza Lemos. Tais escolhas foram estratégias, uma vez que demonstraram suas agencias no intuito de obter benefício próprio e de sua linhagem. As

¹⁰² MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História** [S.I.], v. 26, n. 52, (2006). p. 68.

redes de sociabilidade criadas no sacramento batismal foram de grande importância para a sobrevivência das famílias escravas.

Além disso é válido destacar que esses cativos fizeram escolhas que se caracterizam por uma opção vertical, já que de forma unânime selecionaram para seus filhos padrinhos de condição livres, logo, superior à deles.

Na historiografia percebe-se com frequência argumentações em torno de que os escravos das grandes escravarias geralmente escolhiam para compadres e comadres os seus colegas de cativo.¹⁰³ No entanto, isso parece não ter sido comum em Morro do Chapéu, pois mesmo em escravarias grandes como a de Quintino Soares da Rocha por exemplo a opção predominante foi por pessoas livres e não por cativos da mesma casa senhorial.

Vale observar ainda, que minhas análises sobre estas famílias ainda são rasas, devido ao tempo e à necessidade de enfoque em outros aspectos. Como o meu objetivo foi analisar os padrinhos que as famílias escravas escolheram para seus filhos, não me prolonguei em seguir as trajetórias de seus filhos e outros aspectos mais distantes do apadrinhamento. No entanto acredito ser possível futuramente dar continuidade aos estudos sobre elas e conhecer bem mais de suas trajetórias familiares, bem como outras estratégias de sobrevivência.

¹⁰³ BACELLAR, Carlos. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: São Paulo, julho, 2011.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros de batismo principalmente os registros envolvendo escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, possibilitou a ampliação dos estudos sobre escravidão e batismo no século XIX. Permitindo do mesmo modo a compreensão de que os escravos buscaram brechas para conseguir melhor viver dentro do sistema escravista. Além disso, se utilizaram do batismo e com certeza de outros ritos, para colocar em prática a agência escrava.

O batismo considerado até a contemporaneidade um expressivo sacramento cristão, era para os escravos um importante momento, pois adentravam para o grupo religioso e por meio deste criavam redes sociais dentro e fora das escravarias. Nesse sentido, o compadrio significava para os cativos oportunidades de alcançar seus objetivos, especialmente a conquista de sua alforria. Mais do que um rito devoto, o batismo foi para os escravos meios importantes de criação de vínculos espirituais e sobretudo sociais, pois possibilitaram chegar mais próximos do modo de vida dos brancos e livres.

A escolha do compadrio tanto para os cativos como para as pessoas livres perpassava por diferentes aspectos e envolvia muitas vezes estratégias por ganhos futuros. Ao discutir sobre compadrio, não perdi de vista que os senhores algumas vezes estiveram presentes influenciando direta ou indiretamente nas escolhas feitas pelos seus escravos. Portanto, não apenas os aspectos pessoais e religiosos tinham influências na escolha de padrinhos e madrinhas.

Diante da análise dos 344 registros envolvendo os cativos, constatei que a maioria dos escravos de Morro do Chapéu escolheram para seus filhos padrinhos e madrinhas em condições melhores que as suas. Foi identificado uma opção maior por pessoas livres e por algumas com certo status social; como religiosos, capitães, coronéis e pessoas pertencente à família senhorial. Demonstrando assim, que por mediação do sacramento de seus filhos, estavam buscando fortalecer e criar vínculos, importantes para o bem-estar da família escrava.

As informações dos registros paroquiais não foram sempre as mesmas nos dez livros analisados. Em outras palavras a produção dos documentos sofreu influências dos párocos, das pessoas que os redigiram e também da própria sociedade que se modificou ao longo do tempo, adquirindo novas percepções.

Os livros de batismo são importantes fontes de pesquisas, uma vez que permitem ao pesquisador pensar diferentes aspectos da sociedade no período que foram feitos. Os documentos batismais podem ser por exemplo utilizados para seguir trajetórias de famílias

escravas, seguindo essa lógica, identifiquei três famílias escravas e demonstrei por meio das escolhas de padrinhos para seus filhos, aspectos de sua trajetória.

O presente trabalho sobre Morro do Chapéu visou contribuir para os estudos de história local, logo buscou ampliar as pesquisas sobre escravidão baiana oitocentista. Embora haja algumas lacunas, essas são possíveis de serem sanadas com ampliação e cruzamento de outras fontes, como livros de óbitos, inventários e testamentos. Justamente nessa perspectiva de poder ampliar o conhecimento sobre as ações escravas por meio do compadrio, é que tenho pretensões em seguir nessa linha de pesquisa num possível mestrado.

FONTES

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** (Impressas em Lisboa no ano de 1719, Coimbra em 1720 e São Paulo 1853).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População no último censo:** IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/morro-do-chapeu/panorama>. Acessado em 14/11/2019.

Livros de batismo da Igreja Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu: 1838/1860; 1865/1868; 1868/1871; 1871/1875; 1875/1877; 1877/1880; 1880/1882; 1882/1884 e 1884/1889.

Livros de casamento da Igreja Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu: 1839/1867 e 1867/1874.

“Notas históricas e religiosas da Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, a pedido dos Reverendos Vigários da dita Freguesia, e colecionadas pelo Professor Antônio Gabriel de Oliveira, natural do Morro do Chapéu, firmado em documentos autênticos e na tradição de antigos moradores”, 1933, Livro de Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, fl. 35-59.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Norberta. **Método de exploração dos livros de registros paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800**. Lisboa. 1980. p.10-50.

BACELLAR, Carlos. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseacomadresdeescravos.pdf>. Acesso em 01/01/2020.

BARICKMAN, B. J. A farinha de mandioca – “o pão da terra” – e seu mercado. In: BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 87-127.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

_____, Silvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site/eventos/abep/PDF/ABEP2004_119>. Acesso em 27 de jun. de 2016.

CARMO, Jeovania Silva do. **Nas lentes da Filologia: edição semidiplomática de registros batismais de filhos de escravos da Chapada Diamantina – Bahia**. Salvador: Quarteto, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: São Paulo; Companhia das Letras, 1990.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no Sul do Brasil (c.1820- c.1855). In: XAVIER, Regina Célia

Lima. (org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 143-175.

FERREIRA, Jackson André da Silva. **Gurgalha**: um coronel e seus dependentes do sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX). Salvador: EDUNEB, 2018.

FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais século XIX. Afro-Ásia. No. 46. Salvador. 2012.p.9-59. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21260/13842>>. Acesso em 02/01/2020.

GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Luciano Costa. Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772 1800. p.20. Disponível em:<<http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/lucianogomes.pdf>>. Acesso em: 03/01/2020.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In. REIS, João José (org.). **Escravidão & invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. Editora brasiliense. 1988. P.33-59.

GUEDES, Roberto. Livros Paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII). In: FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org.). **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII-XVIII**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 127-186.

HAMEISTER, Martha Daisson. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p.97-121.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28 (dez. 2008), p. 17-39. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7953/4740>>. Acesso em: 03/01/2020.

_____. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América Portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 69-93.

LIBBY, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas.” In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (org.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 27-39.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História** [S.I.], v. 26, n. 52, (2006). p. 49-77. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-01882006000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04/02/2020.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição”. *Topoi*, v. 11, n. 20 (2010), pp. 75-91. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2237-101X2010000000075&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04/02/2020.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

NASCIMENTO. Macio Andrade. Roças, currais e garimpos: o trabalhador livre e pobre no sertão baiano dos oitocentos (Morro do Chapéu (1848-1889). 144 f. **Dissertação de**

Mestrado (Mestrado em História Regional e Local) – Faculdade de Ciências Humanas-Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2014.

PEREIRA, Honório de Souza. Descrição da Villa do Morro do Chapéu feita por Honório de Souza Pereira antes alguns dias de sua morte. In. Honório de Souza Pereira Neto (Org.). **Pequena descrição do Morro do Chapéu. Morro do Chapéu, BA:** Typographia do Correio do Sertão, 1919, p.1-36.

_____. Honório de Souza. **Descrição Familiar de Honório de Souza Pereira.** Morro do Chapéu, BA: Typographia do Correio do Sertão, 1920, p.1-48.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano:** escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919). 2009. 140 f. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado) - História Regional e Local, Faculdade de Ciências Humanas - Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2009.

SANTOS, Joceneide Cunha. A entrada de homens e mulheres africanos nas terras sergipanas e no mundo cristão. In: SANTOS, Joceneide Cunha. **Negros (as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835).** Salvador. 2014. p. 110-157.

SCHWARTZ, Stuart B. Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia. In: SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 263-292.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e Liberdade:** temas, problemas, e perspectivas de análise. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 123-142.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENANCIO, Renato Pinto. Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804. Anais da V Jornada setecentista. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. P.598-607. Disponível em:< <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Compadrio-e-rede-familiar-entre-forras-de-Vila-Rica-1713-1804-Renato-Pinto-Ven%C3%A2ncio1.pdf>>. Acesso em: 05/02/2020.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. São Paulo: Annablume, 2009.